



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AMANDA DE OLIVEIRA PASSOS**

**“BRASÍLIA TEM A CHANCE”:** AS POLÍTICAS CULTURAIS EM  
**BRASÍLIA NA GESTÃO DE WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO**  
**(1975-1978)**

BRASÍLIA- DF

2018

AMANDA DE OLIVEIRA PASSOS

**“BRASÍLIA TEM A CHANCE”:** AS POLÍTICAS CULTURAIS EM  
**BRASÍLIA NA GESTÃO DE WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO**  
**(1975-1978)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento De História Do Instituto De  
Ciências Humanas Da Universidade de  
Brasília como requisito parcial para a obtenção  
do grau de licenciada e bacharela em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador), Departamento de História UnB

---

Professor Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria, Departamento de História UnB

---

Professora Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques, Departamento de História UnB

Brasília, \_\_ de dezembro de 2018

## AGRADECIMENTOS

Para além do conteúdo, uma das coisas que mais gosto de fazer quando procuro por monografias, teses e dissertações é ler os agradecimentos nas páginas iniciais do trabalho. Ler essas homenagens sempre me deixaram pensando em maneiras de honrar também as pessoas que me acompanharam e me incentivaram no meu crescimento acadêmico, profissional e, sobretudo, pessoal. É uma honra poder ter agora a oportunidade de prestar a homenagem aos meus maiores incentivadores, que me apoiaram durante a construção do meu trabalho, depois de tantos meses de pesquisas e leituras.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, que sempre me apoiou em tudo o que eu faço e foram essenciais para a formação do ser humano que sou hoje.

À minha mãe, Rosane e meu pai, Moacir, por sempre me apoiarem em todos os meus projetos e serem meus maiores fãs. Eu não seria a pessoa que sou se não fosse pelo carinho e pela dedicação que tiveram ao me ensinar sobre a vida. Meus primeiros e mais sinceros agradecimentos. Amo muito vocês.

À minha irmã, Laura, que sempre é incentivadora, acolhedora, amiga para todas as horas. Eu nasci primeiro, mas você que é a irmã mais velha. Amo você, maninha.

Ao meu avô, Espedito, por ser pai, mãe, vó, vô, amigo. Por ser tão resiliente e um ser humano tão forte, o pilar da família. Agradeço do fundo do coração tudo o que o senhor foi e é. Te amo.

Às minhas tias Simone e Valéria, por serem as melhores madrinhas, sempre tão atenciosas e presentes. Obrigada pelos incentivos e conversas. Vocês são mais que especiais e eu amo muito vocês.

Ao meu primo querido, Marcelinho, por ser uma grande alegria na minha vida. Te observar crescer é um dos meus maiores prazeres. Te amo!

Agradecimentos também aos meus amigos, minha segunda família. É uma honra fazer parte da vida de vocês. Obrigada Bruna, Isabella, João Pedro, Lucas, Marcos, Gabriel, os melhores amigos que alguém poderia ter.

Um agradecimento especial ao meu melhor amigo, Maiko. Você mudou minha vida completamente e sou muito grata por isso. Obrigada, amor, por todos os momentos que passamos juntos, pelos ensinamentos e crescimento conjunto. Obrigada, ainda, não só me

apoiar no meu projeto, mas por ter sido também a leveza dos momentos mais tensos de sua elaboração. Amo você demais.

Obrigada à professora Ana Abreu, que me introduziu ao mundo da pesquisa acadêmica e também às pesquisas em jornais, algo que hoje amo fazer. Você me inspirou desde a sua primeira aula e foi uma das melhores professoras que tive na Universidade.

Um agradecimento também muito especial ao meu querido orientador e amigo, Mateus Gamba Torres, um dos melhores historiadores e professores que tive o prazer de conhecer, e que ao longo desse um ano e meio de pesquisa, se provou também um exímio orientador. Obrigada por tudo.

Um agradecimento ao professor Daniel Faria que, juntamente com o professor Mateus, me abriram os olhos para a importância do estudo da ditadura militar, bem como me ensinaram a analisar essa época obscura do nosso país da maneira mais humana possível. Fazer frente a esse fantasma que hoje volta a nos assombrar é, creio eu, parte primordial da atuação historiador no Brasil em 2018.

Por fim, agradeço também à Universidade de Brasília, por ser mais que um espaço físico pra mim. Foi onde mais aprendi sobre tolerância, respeito, diversidade. Obrigada a toda a comunidade acadêmica, em especial aos professores do departamento de História, por incontáveis ensinamentos.



Ver aquilo que temos diante  
do nariz requer uma luta  
constante. - **George Orwell.**

## RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise da vida cultural em Brasília frente à censura da ditadura militar. O interesse é demonstrar essa articulação cultural durante os anos de 1974 e 1979, com enfoque nos primeiros anos do governo, mediante uma análise da gestão do então Secretário de Cultura e Educação do Distrito Federal, Wladimir do Amaral Murtinho, figura de extrema importância tanto na tentativa de consolidação cultural da cidade quanto da cidade em si. Nesta pesquisa, foi realizada uma análise de uma série de noticiários do Jornal de Brasília<sup>1</sup>, juntamente com o outro periódico de grande circulação da cidade, o Correio Braziliense<sup>2</sup>. Durante a análise das fontes, diversos questionamentos foram colocados e a ideia é trabalhá-los com o auxílio da historiografia sobre a ditadura militar, bem como outros tipos de fontes como sites, artigos e entrevista. O trabalho contribui para a história de Brasília, ainda tão negligenciada pela historiografia contemporânea, apresentando noticiários sobre a atividade cultural brasiliense e do entorno, evidenciada pela coleta de tais informações nos jornais.

**Palavras-chave:** Brasília, cultura em Brasília, cultura, Wladimir Murtinho, Jornal de Brasília, Correio Braziliense, ditadura militar

---

<sup>1</sup> O acervo referente ao Jornal de Brasília encontra-se na sede do jornal em Brasília, no endereço IG, Trecho 1, Lote 765, no Sudoeste, em Brasília. Atualmente, o jornal não possui acervo digitalizado dos anos anteriores a sua digitalização, em 2002. De 2002 em diante, a edição do jornal está disponível para acesso em <<http://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/web/>>.

<sup>2</sup> Uma parte do acervo do Correio Braziliense está disponível digitalmente na Hemeroteca Digital, pelo link <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> acesso em outubro de 2018. O período analisado no jornal foi de 1970 até 1975, uma vez que os outros anos não estão disponíveis.

## ABSTRACT

The main goal in this work is to make an analysis of the Brasília's cultural life opposite to the censorship from the Brazilian's military dictatorship. The interest is to show this cultural articulation during the years of 1974 and 1979, focusing on the first years of the government, through an analysis of the management of the Federal District's Education and Cultural Secretary, Wladimir do Amaral Murtinho, a figure of extreme importance in the attempt of the city's cultural consolidation and the consolidation of the city itself. In this research, an analysis of a series of news from Jornal de Brasília has been made, alongside the analysis of other important newspaper that has a big circulation in the city, Correio Braziliense. Over the source material's analysis, a lot of questions came up and the idea is to work on them with the help of the military dictatorship's historiography, as other kinds of references such as sites, articles and interviews. This work contributes to the history of Brasília, still so neglected by the contemporary historiography, showing news about Brasília's cultural activity and from the surrounding cities, manifested by the collect of such information in the newspapers.

**Keywords:** Brasília, culture in Brasília, culture, Wladimir Murtinho, Jornal de Brasília, Correio Braziliense, brazilian military dictatorship







## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	
1.1 “Desenvolvimento com segurança”: a cultura política brasileira e o caráter conciliatório	15
1.2 Os Atos Institucionais, a Constituição de 1967 e a legitimação do golpe	18
1.3 Atuação de Murtinho em Brasília antes de ser Secretário da Cultura (1960-1974)	22
CAPÍTULO II	
2.1. Período Democrático (1945-1964): Governo JK, a construção de Brasília e o golpe de 1964	34
2.2 As políticas culturais em Brasília na gestão de Wladimir Murtinho (1975-1978)	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

## INTRODUÇÃO

O general Ernesto Geisel foi o penúltimo ditador militar e governou de 15 de março de 1974 à 15 de março de 1979. Em seu governo, prometia a abertura política, “lenta, gradual e segura”. Isso porque, como se sabe, a partir do golpe de 1964, vivia-se no Brasil um período de repressão, autoritarismo e perseguição política. Esse governo começa a sinalizar na direção da democracia, apesar de ter sido apenas como retórica em seu discurso político. Hoje em dia se sabe que, inclusive, o general autorizou a morte de pessoas que faziam oposição ao regime, assim como todos os outros ditadores<sup>3</sup>.

O presente trabalho se propõe a analisar essa época justamente pelo discurso de abertura política e os desdobramentos dele. É bem verdade que a ditadura militar é bastante complexa e, como aponta Motta, Denise Rollemberg e diversos outros historiadores, as ditaduras não podem mais ser analisadas apenas pela dicotomia resistência/Estado. Nas análises de Rollemberg, por exemplo, a autora aponta para a importância dos novos estudos referentes à ditadura, que defendem que os regimes autoritários são também produtos sociais<sup>4</sup>. Isso se deve a influência destes novos estudos sobre o fascismo italiano e o nazismo alemão, principalmente, que levam em conta, por exemplo, a adesão de tais sociedades aos regimes, contribuindo para sua consolidação e legitimação. Não se defende mais, portanto, que existiu uma população que promoveu resistência política aos regimes autoritários. Ao invés disso, se analisam as especificidades de vários agentes e setores sociais<sup>5</sup>. Esse esclarecimento também reflete na produção historiográfica sobre a ditadura militar no Brasil hoje, que promove, a partir dessa perspectiva, uma análise tão complexa quanto a própria ditadura. Diante disso, é importante deixar claro que o quadro teórico deste trabalho se apropria dessa nova perspectiva.

O recorte escolhido para o início da coleta de dados foi o período Geisel, como já esclarecido anteriormente. A pesquisa foi iniciada no Jornal de Brasília no ano de 2017 e seguiu até o final deste ano. O que chamou mais atenção ao analisar o período foi a gestão do

---

<sup>3</sup> Em memorando, um diretor da CIA afirma que Geisel autorizou execução de opositores ao regime, o que acaba por revelar a verdadeira face do governo, que propunha abertura política. A informação se encontra em um documento recentemente tomado público pelo governo americano, como salienta matéria do G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>> acesso em outubro de 2018.

<sup>4</sup> ROLLEMBERG, Denise. “História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. Cecília MacDowell Santos; Edson Luís de Almeida Teles; Janaína de Almeida Teles (orgs.). Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil. Vol.2. São Paulo: Hucitec, 2009

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

Secretário de Cultura do Distrito Federal da época, Wladimir do Amaral Murtinho<sup>6</sup>. Ao perceber a relevância do personagem para cidade, foi a partir dele que se deu toda a análise. É dele a autoria da frase título do trabalho “Brasília tem a chance”, retirada do depoimento oral feito pelo embaixador em 1990, quando concedia uma entrevista ao Arquivo Público do Distrito Federal<sup>7</sup>. A escolha dessa frase e da gestão do secretário como relevante se devem pelo fato de ele ser um personagem de grande influência em Brasília e que teve um papel de suma importância para a consolidação da capital e da tentativa de consolidação da vida cultural de Brasília. Para ilustrar tal afirmação, vale ressaltar que Murtinho foi diplomata e o maior responsável pela transferência e construção do Palácio do Itamaraty em Brasília, juntamente com Lucio Costa e Le Corbusier. Em seu artigo “Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)”, Eduardo Pierrotti Rossetti<sup>8</sup> relata sobre as questões de transferência do palácio pós-64 e dos anseios do diplomata. Nas palavras de Murtinho “...a primeira coisa que eu fiz foi retirar os planos, as plantas, resguardar, [com] medo de que queimassem os projetos, e retardassem a construção...”<sup>9</sup>. Portanto, com o golpe de 1964, o palácio vira questão crucial de proteção para o diplomata. Além disso, para corroborar o fato de ser um artista ativo na vida cultural, Rossetti comenta sobre o cuidado de Wladimir Murtinho em relação às obras do palácio. De acordo com ele

As obras do Palácio passam a fazer parte das visitas oficiais de autoridades estrangeiras, numa rotina semanal de visitas sob os cuidados do diplomata, que se fazia acompanhar de jornalistas e fotógrafos. Havia inclusive, uma sala “decorada” com a maquete do palácio e desenhos afixados na parede<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Wladimir do Amaral Murtinho foi secretário de Educação e Cultura do DF entre os anos de 1975 e 1978, durante a gestão governamental de Elmo Serejo Farias. Foi também o embaixador designado para cuidar da questão de transferência do Palácio do Itamaraty para Brasília, entre 1959-61 e entre 1963-69, auxiliado por outros membros do corpo diplomático. Disponível em <<http://www.cultura.df.gov.br/galeria-de-ex-secretarios-de-cultura/>> acesso em junho de 2018.

<sup>7</sup> A frase original foi dita no contexto de uma ideia do embaixador de trazer a Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1992, algo que estava em seus planos em 1990. Ele acreditava que essa era uma das iniciativas necessárias para auxiliar na consolidação da cidade. Em suas palavras “De maneira que seria muito importante, eu creio que vai ser, é factível, os próximos dez anos, para consolidar a cidade, e eu julgo que se nós tivermos um pouco de sorte, e conseguirmos abrigar a grande Conferência Mundial do Meio Ambiente, que se realiza em 92, nós teremos as condições para nos colocarmos lá. **Brasília tem a chance [grifo da autora]**, eu estou lutando nesse sentido para convencer que é possível fazer a conferência aqui. A conferência é grande demais para aqui teoricamente, mas na realidade é um lugar seguro, calmo, se há um lugar muito ecológico é este. Pois bem, aí nós ficaríamos conhecidos a nível mundial.” Cf. MURTINHO, Wladimir do Amaral. *Depoimento – Programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 18.

<sup>8</sup> Eduardo Pierrotti Rossetti, Arquiteto e Urbanista (FAU-PUCAMP/1999), Mestre (FAUFBA/2002) e Doutor (FAU-USP/2007) em Arquitetura e Urbanismo e ex-professor da Escola da Cidade (2005-2008). Atualmente é Professor e Pesquisador Associado junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU-UnB, onde desenvolve pesquisas de Pós-Doutorado.

<sup>9</sup> MURTINHO, op. Cit., p.36.

<sup>10</sup> ROSSETTI, Pierrotti Eduardo. *Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)*. *Arquitextos*, 106.02, ano 09, mar. 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/65>> acesso em julho de 2017.

Por conseguinte, frente à propaganda de abertura política do governo Geisel, este trabalho se propõe a analisar as ambiguidades e possibilidades de articulação e promoção da cultura na capital em meio às promessas rasas de abertura política e democracia. Ademais, a gestão de Wladimir Murinho enquanto Secretário de Cultura e Educação do Distrito Federal demonstra dita articulação em Brasília e, por isso, é escolhida como recorte do trabalho.

Pouco se tem escrito sobre o Jornal de Brasília, uma das fontes primárias principais analisada. De acordo com o site do Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil Contemporâneo (Cpdoc/FGV), ele é

Jornal de circulação diária, editado na capital federal a partir de 10 de dezembro de 1972, por J. Câmara & Irmãos S.A., também conhecido como JBr. No momento de seu lançamento, passou a concorrer com o Correio Brasiliense e o Jornal do Brasil.<sup>11</sup>.

Essa informação parece comprovar o fato de que o jornal era de grande circulação. Além disso, cabe destacar que o Jornal surgiu durante o governo Médici. Em seu lançamento, “o JBr expressou em seu primeiro editorial o compromisso com a “democracia, desenvolvimento e segurança”<sup>12</sup>, expondo o alinhamento do periódico em relação à ditadura militar.

A metodologia seguida para se pesquisar no jornal foi a de analisar, página por página, os acontecimentos relativos a vida cultural brasiliense com base no que foi relatado pelos jornalistas do jornal de Brasília no ano de 1976. A ideia era coletar a “movimentação” desta vida cultural brasiliense durante a gestão de Wladimir Murinho, já mencionado aqui. Na época, Murinho era secretário de Educação e Cultura e trabalhou muito na promoção de diversas atividades culturais pela cidade, além de ter tido considerada preocupação com a questão educacional<sup>13</sup>.

No segundo semestre de 2017 foi possível coletar um total de 5 meses de informações sobre a vida cultural em Brasília. Esses dados serão apresentados aqui como forma de levantar e debater os limites e possibilidades da censura durante a ditadura militar, a partir de uma historicização da época. Além disso, a entrevista com o embaixador e então Secretário de Cultura Murinho ao Arquivo Público em 1990, bem como uma série de reportagens do outro

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes, cf. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-de-brasilia>> acesso em agosto de 2018.

<sup>12</sup> Idem, ibidem.

<sup>13</sup> Suas contribuições para tais atividades são mencionadas com frequência pelo Jornal de Brasília, como será apresentado neste trabalho.

jornal de grande circulação da cidade, Correio Braziliense, auxiliam na compreensão desses limites e possibilidades.

A pesquisa no Correio Braziliense se iniciou já durante a elaboração da monografia, e foi utilizada principalmente para esclarecer algumas questões sobre a história do embaixador Murtinho em Brasília e quais os fatores que o levaram a ser nomeado Secretário de Cultura e Educação em 1974, assim como algumas questões que não foram tão esclarecidas pelo Jornal de Brasília, como o Museu de Armas. O Correio tem uma história mais ampla do que o Jornal de Brasília. Isso porque, enquanto o JBr foi lançado em 1972, o Correio já tinha um histórico paralelo ao da nova capital. Assim como Brasília, o jornal foi lançado em 21 de abril de 1960. Foi uma retomada do nome Correio Braziliense de Hipólito José da Costa, jornal este que era editado em Londres entre 1808 e 1822<sup>14</sup>. As origens da história do periódico na capital são esclarecidas pelo seu verbete no Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil Contemporâneo (Cpdoc/FGV)

Ao tomar a decisão de construir uma cidade que viria a ser a nova capital da República, deslocando-a do Rio de Janeiro, o presidente Juscelino Kubitschek obteve do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, cético ante a magnitude do empreendimento, a promessa de que se a obra fosse levada a termo no tempo previsto teria a acompanhá-la, registrando-lhe o nascimento, um jornal de sua cadeia. O novo jornal se tornaria de fato o principal diário impresso da cadeia dos Diários Associados<sup>15</sup>.

O Correio nasceu da necessidade de mostrar o que estava acontecendo no desenvolvimento da cidade de Brasília. A medida que a cidade foi aumentando, assim também aumentou a tiragem do jornal e sua relevância<sup>16</sup>.

Para melhor interpretar as fontes, utilizarei o eixo teórico que mencionei anteriormente. Um dos responsáveis por esse eixo é o historiador francês Pierre Laborie, que nasceu no dia 4 de janeiro de 1936 em Bagnac-sur-Célé e morreu em 16 de maio de 2017<sup>17</sup>. Sua área de pesquisa era a de História Social, sendo especialista em opinião pública durante o regime de Vichy<sup>18</sup>. O autor foi professor emérito de história contemporânea na Universidade

---

<sup>14</sup>BIROLI, Flávia. Correio Braziliense. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/correio-braziliense>> acesso em novembro de 2018.

<sup>15</sup>Idem, ibidem.

<sup>16</sup> Idem, ibidem.

<sup>17</sup> As informações sobre Pierre Laborie foram retiradas do site Le Monde França, com tradução livre da autora. Disponível em <[https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2017/05/19/mort-de-l-historien-pierre-laborie\\_5130603\\_3382.html](https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2017/05/19/mort-de-l-historien-pierre-laborie_5130603_3382.html)>

<sup>18</sup> O chamado 'regime de Vichy' diz respeito ao período de 1940 até 1944, em que o poder da França fica na mão do ditador Marechal Pétain. É conhecido como o período em que a França, em especial Vichy, se tornou colaboracionista do regime nazista. Cf. LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: Idem. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération*.

Toulouse II-Le Mirail, em Toulouse e diretor de estudos da École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Foi um dos historiadores franceses que viveram na França ocupada pelos alemães e, no pós-1945, construíram suas carreiras, em torno da chamada Nova História francesa.

As reflexões de Laborie serão importantes para embasar teoricamente esta monografia, uma vez que muito se trabalhará com o conceito desenvolvido por ele de “zona cinzenta”. Como já destacado em trabalhos de historiadores brasileiros como Denise Rollemberg, Beatriz Kushnir e Ronaldo Vainfas, a “zona cinzenta” de Laborie é um conceito que o autor aplicou especificamente ao regime de Vichy e foi usado por esses autores como paralelo em relação à sociedade brasileira e o regime militar. De acordo com Laborie

Os franceses, em sua maioria, não foram primeiramente vichistas depois resistentes, pétainistas, depois gaullistas, mas puderam ser, simultaneamente, durante um tempo mais ou menos longo, e de acordo com os casos, um pouco dos dois ao mesmo tempo.<sup>19</sup>

Portanto, o conceito de “zona cinzenta”, como explicitado acima, trata-se de uma certa incerteza da sociedade em relação ao regime, que ora tende para colaboração, ora para acomodação.

À luz do conceito cunhado por Laborie, Denise Rollemberg<sup>20</sup> faz uma analogia entre o regime ditatorial em Vichy e a ditadura militar brasileira, assim como os outros autores citados anteriormente, junto com Daniel Aarão Reis Filho. Nas palavras da autora

(...) é preciso compreender estes objetos [de estudo como os movimentos, as instituições, as manifestações, os personagens etc.] não exclusivamente em campos bem delimitados de a favor ou contra e sim naquilo que o historiador francês Pierre Laborie chamou de zona cinzenta: o enorme espaço entre os dois pólos – resistência e colaboração/apoio e mais, o lugar da ambivalência no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo. Então, para interpretar a sociedade francesa sob o regime de Vichy (1940-1944), Laborie cunhou o conceito penser-double: muitas vezes, se é um e outro, se é duplo<sup>21</sup>.

Outro historiador que merece destaque pois também analisa a ditadura militar nessa perspectiva da colaboração e acomodação é Rodrigo Patto Sá Motta<sup>22</sup>. Em seu livro “As universidades e o regime militar”, defende a ideia de que a cultura política brasileira tende a

---

Paris: Seuil, 2003, p. 67. Publicado em 1998, em *Cahiers de L'IHTP*, com o título “La Résistance et les Français, nouvelles approches”, número especial, dez. 1997

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>20</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade.

<sup>21</sup> Cf. ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Viz Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 5.

<sup>22</sup> Professor do Departamento de História da UFMG e coordenador do grupo de pesquisa História Política – Culturas Políticas na História.



ser conciliatória. No contexto trabalhado por ele, das universidades e do regime, ele aponta para o fato de que essa cultura política conciliatória se reflete também durante a ditadura em relação às reformas universitárias estabelecidas pelo regime. Ao mesmo tempo em que o golpe militar tinha o intuito de ser contrarrevolucionário em relação ao comunismo e as reformas de base de João Goulart<sup>23</sup>, na prática, várias reformas foram realizadas. Ademais, o autor chama atenção para a aceitação da reforma universitária promovida pelos militares, o que comprova a hipótese anunciada por ele de que, mesmo durante a ditadura, havia a questão da conciliação política entre partes da sociedade, até mesmo a universidade. O regime acabou realizando as reformas próprias, para evitar que se pusesse em prática as reformas de base proposta por João Goulart, o que mostra também uma certa flexibilização do próprio regime, conservador em si e, entretanto, apresentando projetos considerados por eles modernizantes. É o que o Motta chama, baseado nos estudos de Barrington Moore Jr<sup>24</sup>, de “modernização conservadora” e, no caso brasileiro, autoritária.

A estratégia de acomodação da sociedade brasileira, como já apontada por Motta, com base em Laborie, seria para evitar conflitos. Ademais, o autor também se atenta ao personalismo e como este está arraigado na sociedade brasileira, prática esta que privilegia laços pessoais em detrimento de normas universais e colabora para essa lógica colaboracionista e de evitar conflitos.

Com base nestes argumentos, é proposto por esse trabalho que a modernização conservadora-autoritária no Brasil também teve seu viés nas políticas culturais e a conciliação mencionada por Motta, bem como a “zona cinzenta” de Laborie tornaram a promoção dessas políticas culturais complexas e ambíguas, ao mesmo tempo em que possibilitou certas aberturas e concessões. Ao pesquisar o ano de 1976, no *Jornal de Brasília*, é importante destacar a vida cultural deveras ativa que possuía a capital, com exposições, peças de teatro, cinema, dentre outros. Folheando o caderno ‘Cidade’, isto é, o caderno responsável por notícias exclusivamente da capital e das cidades do entorno, a vida cultural brasiliense ocupa

---

<sup>23</sup> As reformas de base se referem a um conjunto de iniciativas propostas pelo governo de Goulart, dentre elas as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Além disso, abarcava ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes menos favorecidas das forças armadas. Medidas nacionalistas também eram defendidas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)> acesso em maio de 2018.

<sup>24</sup> Para reflexão aprofundada acerca do conceito ‘modernização conservadora’, cf. MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

destaque diariamente. Por exemplo, no mês de janeiro, os dados levantados apontam para um total de 18 notícias no caderno ‘Cidade’ relacionadas a atividades culturais das mais variadas. Por esse motivo, diversos foram os questionamentos frente a esses dados. A partir disso, surgiu a ideia de pensar as possibilidades de se falar em atividade cultural durante a ditadura militar, mesmo diante das censuras. Outro fator que contribui para o levantamento de questionamentos é a quantidade de denúncias de desaparecimento político e tortura presentes no Jornal no ano. Algumas delas referentes ao caso Herzog<sup>25</sup> e mesmo a casos menos conhecidos como o caso de policiais que mataram um preso em Planaltina<sup>26</sup>.

Por conseguinte, o objetivo desta monografia é debater a respeito dos questionamentos sobre as possibilidades/flexibilidades do regime e sua relação com a promoção de políticas culturais, pensando isso em um contexto de meados dos anos 70 no Brasil. Procurar-se-á entender, portanto, o porquê desta flexibilidade existir e de que maneira foi possível desviar-se da censura ou mesmo que os censores fizessem “vista grossa” para alguns casos baseado na cultura política de conciliação exercida por esses gestores, jornalistas e agentes sociais dos mais variados. Destinei o capítulo um para falar mais profundamente sobre a modernização conservadora autoritária no contexto cultural brasiliense. O capítulo dois fala da consolidação de Brasília enquanto capital e também da sua tentativa de consolidação cultural, algo de muito destaque na gestão do Secretário de Cultura e Educação do Distrito Federal, Wladimir Murinho. Os seguintes questionamentos foram pensados: 1) A flexibilidade da censura frente ao Jornal seria devido ao discurso de Geisel de abertura política? 2) Teria o regime ditatorial durante o período Geisel permitido a promoção de atividades culturais restritas, mesmo sendo um governo autoritário e ditatorial?

---

<sup>25</sup> Refere-se ao assassinato político do jornalista Vladimir Herzog durante o governo Geisel.

<sup>26</sup> DESCONHECIDO. Policiais que mataram preso em Planaltina indicados por homicídio e abuso de poder. Jornal de Brasília, Brasília. 17 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 15.

## CAPÍTULO I

### 1.1 “Desenvolvimento com segurança”<sup>27</sup>: a cultura política brasileira e o caráter conciliatório

Um historiador que se dedica a estudar a ditadura militar e pensa na questão da colaboração e acomodação é Rodrigo Patto Sá Motta<sup>28</sup>. Em seu livro “As universidades e o regime militar”<sup>29</sup>, defende a ideia de que a cultura política brasileira tende a ser conciliatória. No contexto trabalhado por ele, das universidades e do regime, ele aponta para o fato de que essa cultura política conciliatória se reflete também durante a ditadura em relação às reformas universitárias estabelecidas pelo regime. Ao mesmo tempo em que o golpe militar tinha o intuito de ser contrarrevolucionário em relação ao comunismo e as reformas de base de João Goulart<sup>30</sup>, na prática, algumas reformas foram realizadas.

O autor chama atenção para a adesão e acomodação em relação ao regime e à reforma universitária promovida pelos militares, o que comprova a hipótese anunciada por ele de que, mesmo durante a ditadura, havia conciliação política entre partes da sociedade, até mesmo a universidade<sup>31</sup>. Motta defende que os comportamentos da comunidade acadêmica em relação ao Estado autoritário foram deveras complexos e não-lineares, muitas vezes não se posicionando do lado da resistência. Para desenvolver essa análise, o autor chama atenção para o personalismo e como este está arraigado na sociedade brasileira, prática esta que privilegia laços pessoais em detrimento de normas universais. Essa prática, como coloca Motta, demonstra como as instituições públicas são sempre objeto de questionamento e desconfiança, abrindo espaço para que os laços pessoais e familiares sejam mais respeitados e

---

<sup>27</sup> Lema do regime que o historiador Rodrigo Motta apresenta como síntese do conceito “modernização conservadora”. Cf. MOTTA, 2014, p. 291.

<sup>28</sup> Professor do Departamento de História da UFMG e coordenador do grupo de pesquisa História Política – Culturas Políticas na História.

<sup>29</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>30</sup> As reformas de base se referem a um conjunto de iniciativas propostas pelo governo de Goulart, dentre elas as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Além disso, abarcava ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes menos favorecidas das forças armadas. Medidas nacionalistas também eram defendidas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)> Acesso em mai. 2018.

<sup>31</sup> O autor também discorre sobre os grupos que resistiram à ditadura nas universidades, como lideranças estudantis. Para fins de argumentação em torno da “zona cinzenta”, principal eixo teórico do trabalho, me limitei a desenvolver melhor uma análise sobre os grupos adesistas e aos que se acomodaram em relação ao regime militar.

valorizados. Essa cultura política garante que essas relações estejam em primeiro plano, enquanto afinidades ideológicas pouco importam. É dentro dessa lógica de cultura política que o autor contextualiza os conceitos de adesão e acomodação dos grupos universitários durante a ditadura. Para ilustrar tal afirmação, um dos grupos que o autor demonstra como pertencente dessa lógica e mais ligados ao conceito de adesão são os reitores das universidades. Como bem apontado por ele

Muitos reitores e diretores promoveram intervenções em diretórios estudantis, mandaram recolher suas publicações e cartazes, proibiram palestras e eventos acadêmicos. Alguns deles se esmeraram na cooperação com os órgãos de repressão, como o reitor da UnB, em 1974 (...) não se tratou de caso isolado, evidentemente, pois outros dirigentes universitários mantinham contato estreito com os órgãos de segurança. Por exemplo, em 1972 o vice-reitor da UFRJ foi procurado pelo consulado americano em busca de informações sobre estudantes presos<sup>32</sup>.

Para além do corpo de reitores e diretores, Motta também enfatiza a participação de professores que auxiliaram nas campanhas de repressão, denunciando colegas e estudantes. Ele cita o caso da denúncia feita contra Emília Viotti da Costa, no qual “dois professores da USP apresentaram denúncia formal contra ela, porém, sob pressão de colegas da instituição, um deles retificou seu depoimento em juízo, gerando irritação no juiz responsável pelo processo”<sup>33</sup>.

A parte mais importante dessa análise de Motta, no sentido de ser o eixo teórico central do presente trabalho, é o que o autor chama de “jogos de acomodação” de certos setores em relação ao Estado autoritário. Isso ocorre com atores sociais como os líderes acadêmicos e também com os agentes do Estado. Eles cediam, faziam concessões. Ao falar dos intelectuais e dos profissionais da academia, o historiador deixa isso claro

Do lado dos intelectuais e profissionais da academia, alguns atores aceitavam a convivência com o regime autoritário e repressor; na outra “ponta”, do lado do Estado, certos agentes toleravam a presença de intelectuais ideologicamente “suspeitos” em cargos públicos, bem como arranjos para flexibilizar prescrições legais<sup>34</sup>.

Como demonstrado em seu livro, a ditadura acabou realizando reformas modernizantes e autoritárias, com o objetivo prioritário de evitar as reformas de Goulart, o que mostra também a flexibilização do próprio regime, conservador em si e, entretanto, apresentando projetos considerados por eles modernizantes. É o que o Motta chama, baseado

---

<sup>32</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 302.

<sup>33</sup> MOTTA, op. Cit., p. 309.

<sup>34</sup> MOTTA, op. Cit., p. 310.

nos estudos de Barrington Moore Jr<sup>35</sup>, de “modernização conservadora” e, no caso brasileiro, autoritária. De acordo com Motta,

Processos de modernização seguiriam trilhas diferentes em alguns países nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras. Essencialmente, o modelo destacava a formação de alianças reunindo burguesias e proprietários rurais, que, tangidos pelo medo da revolução social, iniciariam processos de modernização conservadora conduzida pelo Estado. O conceito é inspirador, nesse caso, pelo papel modernizador do Estado militar, que de fato representou aliança social e política heterogênea, baseada em mobilização contrarrevolucionária<sup>36</sup>.

O autor ainda esclarece o que isso quis dizer no cenário sócio-político brasileiro, algo bastante complexo. Para ele

O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico e, com isso, aumento de contatos com o exterior e de mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola, o que levava ao crescimento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, e por isso combater as utopias revolucionárias e todas as formas de subversão e “desvio”, incluindo questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais. O influxo conservador fomentou políticas repressivas, voltadas para a eliminação ou contenção dos inimigos da ordem. No caso do sistema de ensino, além de repressão, estimulou programas para disseminar valores conservadores e patrióticos, como a educação moral e cívica, cuja pretensão era formar patriotas ordeiros e defensores da família<sup>37</sup>.

Com base nestes argumentos, é proposto por esse trabalho que a modernização conservadora-autoritária no Brasil também teve seu viés na vida cultural, e a conciliação mencionada por Motta, bem como a “zona cinzenta” de Laborie possivelmente tornaram flexíveis ambos os lados e possibilitaram certas aberturas e concessões. Sobre essa “zona cinzenta”, nada mais é que uma linha tênue, no caso brasileiro, entre os adesistas e os atores sociais que se acomodaram. Este conceito, retirado de Primo Levi e incorporado por Pierre Laborie em suas reflexões, trata-se de uma certa incerteza da sociedade em relação ao regime, que ora tende para colaboração, ora para acomodação. No contexto da invasão nazista em Vichy, na França, Laborie defende que os franceses, em sua maioria, não foram primeiramente vichistas depois resistentes, pétainistas, ou mesmo gaullistas, mas puderam ser, simultaneamente, um pouco dos dois ao mesmo tempo. Por esse motivo, o autor utiliza a terminologia “zona cinzenta”, uma vez que não ficam claras as posições políticas dos

---

<sup>35</sup> Para reflexão aprofundada acerca do conceito ‘modernização conservadora’, cf. MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

<sup>36</sup> MOTTA, op. Cit., p. 11

<sup>37</sup> MOTTA, op cit., p. 289.

agentes históricos. Ao pesquisar o ano de 1976, no Jornal de Brasília, as reportagens do Correio Braziliense e a entrevista com o embaixador Wladimir do Amaral Murinho, principal nome desta pesquisa, é importante destacar que havia uma vida cultural deveras ativa na capital, com exposições, peças de teatro, cinema, dentre outros. Folheando o caderno ‘Cidade’ do Jornal de Brasília, isto é, o caderno responsável por notícias exclusivamente da capital e das cidades do entorno, a vida cultural brasiliense ocupa destaque diariamente. Por exemplo, no mês de janeiro, os dados levantados apontam para um total de 18 notícias no caderno ‘Cidade’ relacionadas a atividades culturais das mais variadas. Por esse motivo, diversos foram os questionamentos frente a esses dados e surgiu a ideia de pensar as possibilidades de se falar em atividade cultural durante a ditadura militar, mesmo diante das censuras. É nesse sentido que a “zona cinzenta”, isto é, a acomodação e adesão de setores do governo e agentes sociais vão ser pensadas no trabalho.

## 1.2 Os Atos Institucionais, a Constituição de 1967 e a legitimação do golpe

A cultura política brasileira tem um caráter conciliatório, como já apontado aqui, com base na pesquisa de Rodrigo Motta<sup>38</sup>. A partir dessa lógica, pode-se interpretar que a estratégia política militar foi a de mascarar o máximo possível que se vivia em uma ditadura. Um dos fatores que auxiliou a manutenção dessa conciliação foi a questão das eleições estaduais ainda no começo do regime. Na época, a pluralidade partidária ainda estava em discussão dentro do regime e os vários partidos disputariam as eleições estaduais. Na visão do regime militar, a consolidação da “Revolução” se daria por meio dessas eleições, uma vez que acreditavam que os partidos mais conservadores ganhariam a disputa<sup>39</sup>.

Contudo, as eleições de 1965 tomaram um rumo inesperado e tiveram o pior resultado possível na visão dos situacionistas. Francisco Negrão de Lima, integrante da chapa PSD/PTB, ganhou as eleições no Rio de Janeiro; em Minas, foi eleito Israel Pinheiro, do PSD, sendo estes dois partidos ligados à figura de João Goulart, que recentemente sofrera o golpe de Estado. Frente a esse resultado, os militares reformularam suas estratégias de governo devido à possibilidade de enfraquecimento do regime. Então, no dia 27 de outubro de 1965,

---

<sup>38</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>39</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 97

foi decretado o AI-2<sup>40</sup>, que dentre outras medidas consolidou as eleições indiretas para presidente e exigiu a dissolução de todos os partidos que atuavam na época. Estes se organizariam, então, em dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido dos militares, e o MDB, partido que supostamente serviria como a oposição. Ademais, houve a ampliação do número de ministros do Superior Tribunal Federal com o intuito de centralizar mais o poder Executivo e outras medidas radicais como a determinação de que o presidente poderia aprovar 180 dias de Estado de Sítio sem permissão do Congresso, bem como a autorização de intervenção estadual pelo presidente caso fosse necessário. É perceptível, portanto, uma centralização com o intuito de consolidar o regime ditatorial, já que cada vez mais o governo estaria manipulável e controlado pelas mãos do poder Executivo. Essas medidas só seriam repensadas, no sentido de que se tornariam mais autoritárias, durante a formulação da nova Constituição em 1967<sup>41</sup>.

Esta Constituição viria para legitimar e consolidar o regime. A partir dos decretos dos Atos Institucionais, a participação política do Congresso Nacional passou a ser cada vez mais difícil e com o tempo, foi se enfraquecendo. Muitos políticos foram cassados e o regime se mostrava mais autoritário e centralizador. Foi nesse contexto de perseguição política e centralização do governo em torno do Executivo que a Constituição de 67 foi pensada ainda no governo do general ditador Castelo Branco, primeiro do regime. Essa nova Constituição tanto incorporou os primeiros Atos Institucionais, assim lhes atribuindo o papel de “lei maior”, quanto modificou radicalmente o ordenamento jurídico brasileiro<sup>42</sup>.

Contudo, antes de analisar a Constituição de 1967 mais profundamente e apontar seus principais desdobramentos para o ordenamento jurídico e para a política brasileira, é relevante que se faça um paralelo entre esta Constituição e sua antecessora, a de 1946. Existiu, na história do Brasil, um total 5 Constituições até o momento da formulação da Constituição de 1967: a 1ª Carta Imperial (1824-1889), que durou 65 anos; a 1ª Constituição Republicana (1891-1930), 39 anos; a 2ª Constituição Republicana (1934-1937), que durou apenas três anos; a Constituição Brasileira de 1937 (1937-1945); e, por último, a 3ª Constituição Republicana (1946-1967), 21 anos<sup>43</sup>. Sobre as quatro primeiras não versarei sobre uma vez

---

<sup>40</sup> Ato Institucional nº 2. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)> acesso em julho de 2018.

<sup>41</sup> Cf. VIEIRA, Evaldo. *Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>43</sup> FREIRE, Américo. *A Constituição de 1946*. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>> acesso em setembro de 2018

que foge um pouco do recorte do trabalho. Entretanto, é importante apontar o que diferencia a Constituição de 1967 para a de 1946 para que fique evidente as principais alterações da Constituição até então vigente para a nova que seria formulada e serviria de legitimação aos governos ditatoriais pós-67 no Brasil.

A formulação da Constituição pela Assembleia Nacional Constituinte é uma das diferenças que devem ser apontadas. A Assembleia de 46 teve como uma de suas características certa pluralidade em relação à participação política. Devido ao momento político que se encontrava o Brasil e o mundo, isto é, no fim do Estado Novo e no período de decadência dos regimes nazistas e fascistas, o posicionamento político brasileiro quanto a formulação da Constituinte foi parcialmente liberal e democrático. Aqui cabe um parêntese, já que é importante se atentar para o fato de que se vivia em uma época de perseguição aos partidos comunistas no Brasil, herança da ditadura varguista, algo que iria se agravar com a Guerra Fria, o que também influenciou a formulação da Constituinte. Isto porque, como bem aponta Américo Freire,

Quanto à composição da Câmara dos Deputados, foi estabelecido um critério que beneficiou a representação dos Estados de menor população em detrimento dos Estados mais populosos. Essa medida, justificada pelo argumento da necessidade de se manter o equilíbrio federativo, terminou por fortalecer os grupos políticos mais conservadores, amplamente majoritários nos Estados menores, em detrimento de agremiações que tinham maior representação em Estados mais populosos, como os partidos à esquerda do espectro político<sup>44</sup>.

Diante de tal contexto, é evidente a continuidade da perseguição aos partidos de esquerda, algo institucionalizado e recorrente desde o governo Vargas e que seria uma continuidade, mesmo que em um nível mais sutil, até 64. Muito dessa perseguição, como se sabe, se agravaria com o golpe em 1964<sup>45</sup>.

Algumas das medidas importantes adotadas pela Constituinte de 46 são, por exemplo, o mandato presidencial ter sido fixado em cinco anos (mantida a proibição da reeleição para cargos executivos), restabelecimento do princípio federalista, com as devidas divisões de atribuições entre a União, os Estados e os municípios. Além disso, no que se refere ao sufrágio, “a nova Constituição extinguiu a bancada profissional, presente na Carta de 1934, e

---

<sup>44</sup>FREIRE, Américo. *A Constituição de 1946*. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>> acesso em setembro de 2018

<sup>45</sup> Sobre a continuidade da perseguição dos partidos comunistas, cf. MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/ Campinas: Revan/ Unicamp, 1998.



ampliou a obrigatoriedade do voto feminino, antes restrita às mulheres que exercessem cargo público remunerado.”<sup>46</sup>.

Esta Constituinte, portanto, salvo as peculiaridades do sistema democrático brasileiro como a questão da perseguição dos partidos comunistas, foi formulada de maneira mais democrática e com ideias liberais comuns ao pós-Guerra, afinal, vivia-se no Brasil um período democrático depois da ditadura de Vargas.

Em contrapartida, visto que o cenário do Brasil se alteraria com o golpe de 64, a elaboração da Constituição de 1967 não seria nem moderadamente democrática. A partir dos Atos Institucionais e da eleição de Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro, como já mencionado anteriormente, o ditador Humberto de Alencar Castelo Branco logo se reuniu com seu ministério com a finalidade de discutir o pedido de formulação de uma nova Constituição. Em 5 de fevereiro de 1966, baixou-se o Ato Institucional nº 3<sup>47</sup>, estabelecendo eleições indiretas para governador e então, em 15 de abril de 1966, Castelo Branco baixou o Decreto nº 58.198<sup>48</sup>, que serviria para a convocação de uma comissão especial de juristas com a finalidade de elaborar um novo projeto de constituição.

Assim, fora bastante discutido entre a comissão especial de juristas sobre o futuro constitucional do país. No clima de perseguição política que foram potencializadas depois dos AI-2 e 3, foi difícil manter a comissão, que chegou até a ser desfeita. Além disso, a campanha de intimidação em relação ao MDB era expressiva, o que causou revolta e oposição. De acordo com Maria Helena Moreira Alves

A própria ARENA juntou forças com a oposição para exigir o direito de apresentar propostas e emendas à Constituição – exigência sistematicamente rejeitada pelo governo. O conflito entre Executivo e Legislativo chegou a um clímax no dia 12 de outubro de 1966, quando o presidente baixou o decreto cassando os mandados de seis deputados federais. Castelo Branco garantira publicamente ao Presidente da Câmara, Deputado Adauto Lúcio Cardoso (ARENA), que não mais haveria cassações, de modo que o Congresso pudesse livremente discutir e votar o projeto de Constituição. Politicamente embaraçada com este golpe em seu prestígio, a ARENA rebelou-se<sup>49</sup>.

Deste modo, pela primeira vez desde o golpe, surge uma força legislativa que tenta barrar o autoritarismo do poder Executivo. É possível afirmar, a partir disso, que a oposição ao governo centralizador militar se encontrava também dentro do sistema, tanto que o

---

<sup>46</sup> Cf. MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/ Campinas: Revan/ Unicamp, 1998.

<sup>47</sup> Ato Institucional nº 3. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm)> acesso em julho de 2018.

<sup>48</sup> Decreto nº 58.198 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58198-15-abril-1966-399176-publicacaooriginal-1-pe.html>>

<sup>49</sup> Cf. ALVES, op. Cit., p. 124.

legislativo fora também muito perseguido, inclusive os arenistas. Frente tamanha oposição, os militares linha dura exigiram que o presidente se posicionasse. Foi então que o presidente Castelo Branco, no dia 20 de outubro de 1966, baixou o Ato Institucional Complementar nº 23<sup>50</sup>, que fechou o Congresso por um mês, o que impossibilitou a participação deste na elaboração da Constituição<sup>51</sup>.

A vitória – por meio de coerção – da ARENA, o Ato que instituiu o fechamento do Congresso e, conseqüentemente, o enfraquecimento da oposição deram ao poder Executivo voz muito mais expressiva na formulação da Constituição. Sobre a nova Constituição, algumas de suas várias características são o enriquecimento dos poderes da União, ênfase na questão da Lei de Segurança Nacional, estabelecimento da eleição indireta para presidente da República, ampliação dos poderes da Justiça Militar, estendendo o foro especial a civis, nos casos expressos em lei e com recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal, regras sobre a organização e o funcionamento dos partidos políticos que teve como consequência a perseguição de partidos com viés comunista<sup>52</sup>. Além disso, muito se impõe o ideal de “tradição cristã” e dos bons costumes, o que refletiria em projetos culturais e educacionais da ditadura militar<sup>53</sup>. Muitas foram as críticas a essa Constituição na imprensa e no país como um todo, até a instituição do AI-5 em dezembro de 1968.

### **1.3 Atuação de Murtinho em Brasília antes de ser Secretário da Cultura (1960-1974)**

Referente à Constituição de 1967, o que de maior relevância se pode tirar para fins de argumentação nesse trabalho se trata da questão das nomeações de governadores que passariam a ser realizadas pelos presidentes militares. Dentro desse contexto das eleições de 65 que viriam a ser interpretadas como uma derrota para a ditadura militar, se pensou para a nova Constituição que houvesse a nomeação dos governadores como uma alternativa ao enfraquecimento do regime militar por causa do resultado das eleições. Por meio deste dispositivo salvaguardado pela Constituição, os diversos governadores do Distrito Federal

---

<sup>50</sup> Os Atos Complementares serviam para institucionalizar ainda mais, dentro da premissa principal dos Ais, as perseguições e censuras comandadas pelo poder Executivo militar. Sobre o Ato Institucional nº 23, cf. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocon/1960-1969/atocomplementar-23-20-outubro-1966-364744-publicacaooriginal-1-pe.html>>

<sup>51</sup> Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.

<sup>52</sup> REIS, Antônio Carlos Konder. *Constituição de 67*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1967>> acesso em setembro de 2018.

<sup>53</sup> Sobre Igreja Católica e seu papel na ditadura militar, cf. BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

foram nomeados a fim de administrar a capital federal. De acordo com a Constituição de 1967, cap. VI, art. 17

#### CAPÍTULO IV

Do Distrito Federal e dos Territórios

Art. 17. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Caberá ao Senado discutir e votar projetos de Lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

*§ 2º O Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado. (destacado pela autora)*

§ 3º Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.<sup>54</sup>

Desta maneira, em 1974, Elmo Farias foi um desses indicados, responsável pela indicação de Wladimir Murtinho para a Secretária de Educação e Cultura. Seu mandato durou de 1975 até 1978, compreendendo o período do governo Geisel. O governador sucedeu o tenente-coronel Hélio Prates da Silveira<sup>55</sup>.

Elmo Serejo Farias nasceu em São Luís no dia 7 de abril de 1928. Teve uma carreira como engenheiro de muita relevância no Nordeste. Elmo foi um engenheiro residente da Viação Férrea Federal Leste Brasileira e ainda exerceu diversos cargos antes de se tornar governador do Distrito Federal em 1974. De acordo com seu verbete publicado pelo site do Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil Contemporâneo (Cpdoc/FGV), Elmo Farias

Assumiu posteriormente o cargo de engenheiro da Prefeitura Municipal da capital baiana, tendo ali exercido diversas funções, entre as quais as de engenheiro-conselheiro, diretor de planejamento, diretor executivo e engenheiro superintendente da Superintendência de Urbanismo da Capital (Surcap), autarquia criada com o objetivo de executar o plano viário da cidade. Atuou ainda como secretário de Urbanismo de Salvador, assessor especial do prefeito para planejamento e urbanismo e responsável pela execução do Plano Mário Leal Ferreira, destinado à construção das grandes avenidas que modificaram o sistema viário da capital e possibilitaram o seu crescimento<sup>56</sup>.

<sup>54</sup> Constituição de 1967, art. 17. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>> acesso em agosto de 2018.

<sup>55</sup> Sobre a questão de nomeação de governadores pelo presidente, cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 129.

<sup>56</sup> Verbetes sobre Elmo Serejo Farias. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/elmo-serejo-farias>> acesso em setembro de 2018.

É importante mencionar que Elmo Farias era um governador civil que sucedeu um governador militar, algo que casava perfeitamente com o discurso de abertura política anunciada pelo governo de Ernesto Geisel. Esse detalhe corrobora o argumento de intensificação cultural na época, em junção às diversas iniciativas culturais de Wladimir Murtinho. Além disso, o projeto modernista da cidade de Brasília pode ter auxiliado no crescimento da atividade cultural, especialmente nesse contexto de uma retórica de abertura política. Essa questão será melhor tratada no próximo capítulo, baseado no levantamento da atividade cultural de Brasília na época, por meio de reportagens do Jornal de Brasília e do Correio Braziliense, assim como uma análise da gestão do embaixador Wladimir do Amaral Murtinho na Secretária de Cultura e Educação, que foi possível com a utilização de fontes como os próprios periódicos e a tese de Luiza Cavalcanti sobre o Centro de Referência Cultural, que fala sobre a contribuição do embaixador para cidade. Uma entrevista feita com Murtinho em 1990 pelo Arquivo Público do Distrito Federal também terá seu papel, já que auxiliará na compreensão das ideias, anseios e contribuições do diplomata de acordo com ele mesmo.

Ademais, o governo de Elmo Farias Serejo teve uma influência artística, principalmente no que diz respeito a área de Arquitetura e Urbanismo em Brasília. O verbete aponta para o fato de ele ter tentado reintroduzir

o respeito ao plano urbanístico de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, tendo convocado este último, juntamente com o paisagista Roberto Burle-Marx, para orientar o desenvolvimento da cidade. Suas principais realizações como governador foram a conclusão das obras do Teatro Nacional e a construção do Centro de Convenções do Parque da Cidade<sup>57</sup>.

Foi durante o governo de Elmo, ainda, que se finalizou a ponte Honestino Guimarães, antes conhecida como ponte Costa e Silva. Por conseguinte, diante desses detalhes, é imprescindível que se alerte para o fato de que, mesmo que não tão aberta quanto era mencionado pelo governo, a abertura política era uma questão simbólica importante do governo Geisel e a nomeação desse governador confirma tal argumento. Isso também aponta para outro fator que vem ao encontro desse argumento: a nomeação de Wladimir Murtinho como Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Wladimir Murtinho já era uma figura de grande importância na história da capital, bem antes de sua nomeação. O diplomata foi o curador da vinda do Palácio do Itamaraty para

---

<sup>57</sup> Verbetes sobre Elmo Serejo Farias. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elmo-serejo-farias>> acesso em setembro de 2018.

Brasília e muito auxiliou figuras artísticas de renome da cidade, como Burle Marx, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, uma vez que o embaixador era um sujeito muito ligado à arte<sup>58</sup>. Foi casado com Tuni Murtinho, uma importante artista da época. Sobre sua história pouco se tem desenvolvido academicamente, uma vez que a bibliografia sobre a construção do Itamaraty não é vasta e pouco se sabe de sua biografia. Contudo, foi possível coletar algumas informações.

Na dissertação de Flavia Ribeiro Crespo intitulada “Itamaraty e cultura brasileira: 1945-1964”<sup>59</sup>, muito se discute sobre o papel do Itamaraty durante a República no Brasil e a atuação de Wladimir Murtinho é um dos pontos principais do trabalho. O embaixador trabalhou no Itamaraty durante o período de transição do governo de Juscelino Kubistchek para o de Jânio Quadros, isto é, de 1960 até 1962. Durante sua gestão, muito se realizou no que diz respeito à política cultural exterior brasileira.

Primeiramente, é importante se atentar para o fato de que o período de governo de Jânio Quadros foi um período conturbado. Entretanto, no que diz respeito à política cultural exterior, o governo Quadros parece ter desenvolvido uma política eficaz no que concerne a propaganda do “Novo Brasil” no âmbito internacional. Isso porque, como aponta a dissertação de Flavia, uma mudança significativa acontece durante seu governo: a criação da Política Externa Independente (PEI)<sup>60</sup>. Por esse motivo, mesmo tendo uma política interna econômica de caráter austero, em relação à política externa, se vê essa inovação, como bem aponta Crespo.

Além disso, o desenvolvimento das relações em escala global, isto é, das relações internacionais, também mudaria devido a variáveis históricas. Passa a haver, no Brasil, um interesse de ampliação de comunicação com diversas áreas no globo, como a Ásia e a África. A aproximação com a América Latina também é de extrema importância nesse momento.

A partir desses novos interesses, é feita uma reforma administrativa no Itamaraty. Em julho de 1961, a lei 3.917/61 adiciona novos departamentos e divisões ao Ministério das Relações Exteriores<sup>61</sup>. De acordo com Flavia Ribeiro Crespo

---

<sup>58</sup> Sobre Wladimir Murtinho como curador do Itamaraty, cf. <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/visite-o-itamaraty>> acesso em setembro de 2018.

<sup>59</sup> CRESPO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. Dissertação de mestrado – UERJ, 2006.

<sup>60</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o PEI, cf. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>61</sup> Lei 3917/61. Disponível em < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128683/lei-3917-61>> acesso em novembro de 2018.

Subordinada, desde sua criação, ao Departamento Político e Cultural, a DCI passará a funcionar, a partir de 1962, como Departamento Cultural e de Informação. O novo departamento, que estará sob a responsabilidade do Secretário Geral de Política Exterior, terá suas atribuições repartidas entre três divisões: Difusão Cultural, Cooperação Cultural e Informações.<sup>62</sup>

Quem é colocado a frente dessa DCI é justamente Wladimir Murtinho, depois da remoção de José Oswaldo de Meira Penna. Sua política foi de continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista já começado por JK e que se refletia também na política externa brasileira. Não bastava apenas construir uma nova capital federal, materialização de seu projeto nacional-desenvolvimentista; era necessário que a sociedade internacional também estivesse ciente de que havia um novo Brasil.

Nesse sentido, a gestão de Wladimir Murtinho teve bastante êxito. Em primeiro lugar, o diplomata, a mando do presidente, passou a desenvolver acordos culturais assinados com países da América Latina, impulsionada pela necessidade de um maior intercâmbio cultural. Essa iniciativa foi colocada em prática pelo fato de a política do OPA<sup>63</sup> não estar funcionando nos países chamados “subdesenvolvidos”. Cria-se, então, durante a gestão de Murtinho, a Comissão de Acordos Culturais, formada por representantes do Itamaraty, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e do Ministério de Educação e Cultural<sup>64</sup>.

Outro ponto a se destacar de sua gestão era o protesto em relação à negligência da UNESCO quanto aos países sul-americanos. Isso ocorreu, como coloca Crespo, porque a característica da política cultural externa apontava para um desejo de representatividade sul-americana no âmbito cultural e o Brasil se via como o líder dessa política no cenário latino-americano. Ademais, o país saiu em defesa da eleição de uma república africana no Conselho da UNESCO, uma vez que cresceu o interesse em desenvolver também relações com a África.

O intercâmbio educacional fora também uma área de grande interesse do Governo de Jânio Quadros e, conseqüentemente, da gestão de Murtinho. Ainda nas palavras de Crespo, “Nos primeiros dias após a posse, a Presidência da República solicita ao setor educacional da

---

<sup>62</sup> CRESPO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. Dissertação de mestrado – UERJ, 2006. p. 117.

<sup>63</sup> A Operação Pan-Americana (OPA) foi um programa lançado pelo governo JK que tinha como objetivo dar assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, algo que partiria dos Estados Unidos. Esse programa foi defendido pelo governo brasileiro apelando para a tese de que a estagnação e a miséria constituíam potencial de subversão bem mais perigoso que uma virtual ameaça soviética ou chinesa. Essa ideia do governo de Juscelino centrou-se em dois pontos: a melhoria dos preços para as matérias-primas vendidas aos EUA e financiamentos mais fáceis e abundantes em apoio ao processo de industrialização da América Latina. Para mais informações, cf. *OPERAÇÃO PAN-AMERICANA (OPA)*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>>

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.

Divisão Cultural do Itamaraty informações preciosas sobre as atividades educacionais.” (CRESPO; 2009, p. 123).

Havia interesse, por exemplo, de trazer os estudantes senegaleses que foram impedidos de estudar em Portugal devido ao posicionamento de Senegal durante a Guerra Fria. Ademais, houve interesse em levar o idioma português para o exterior, por meio de um programa de instalação de Centros de Cultura Brasileira pelo mundo. É sabido, ainda, que os governos de Jânio Quadros e de João Goulart se aproximaram, no âmbito da política externa, da União Soviética e de países pertencentes à “Cortina de Ferro”. Murtinho teve um papel central em diversas dessas aproximações, mesmo não sendo lembrado por isso. Por meio da criação de grupos de trabalho interministeriais, os Acordos Culturais que começaram entre Brasil e América Latina se estenderam também para países como a Iugoslávia. O Acordo Cultural entre Brasil e Iugoslávia, mediado por Murtinho, promoveu Programas Radiofônicos em línguas estrangeiras<sup>65</sup>.

Por último, cabe mencionar a importância e o êxito da difusão do cinema brasileiro promovido por essa política cultural externa. Houve um planejamento estratégico em relação a isso e dentre as principais metas estavam

- a) produzir filmes, para difusão no exterior, sobre temas ligados à política cultural do Itamaraty;
- b) assegurar a distribuição em emissoras de televisão estrangeiras;
- c) planejar a criação de filmotecas nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares;
- d) contribuir para o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira através da formação de pessoal técnico, seja trazendo especialistas estrangeiros, seja enviando estudantes ao exterior;
- e) tornar efetiva a participação os filmes brasileiros nos festivais internacionais de cinema;
- f) promover mostras de cinema brasileiro no exterior<sup>66</sup>.

Essa espécie de propaganda brasileira por meio do cinema vai se consagrar a partir de 1961 e tomara dimensão prioritária no DCI de Murtinho. Ele será, também, o representante do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE)<sup>67</sup>, responsável por colocar todas essas exigências do governo em prática.

---

<sup>65</sup> Memorandum de Wladimir do Amaral Murtinho ao Chefe do Departamento Político e Cultural. “Acordo Cultural com a Iugoslávia. Grupo de Trabalho Interministerial”. 03/03/61, DCI 100/542.6 (00). MRE, Informações e Relatórios da DCI. AHI – Brasília, DF. In: CRESPO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. Dissertação de mestrado – UERJ, 2006.

<sup>66</sup> CRESPO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. Dissertação de mestrado – UERJ, 2006. p. 127.

<sup>67</sup> O decreto de criação do GEICINE está disponível em <<https://www.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/decretos/decreto-n-50278-de-17-de-fevereiro-de-1961>> acesso em setembro de 2018.

Essas foram as principais atividades de Murtinho durante sua gestão à frente do DCI, no Itamaraty. Três anos mais tarde, com o golpe de 1964, sua preocupação em relação ao Palácio de Itamaraty e a trazê-lo para Brasília será seu grande projeto.

Como já mencionado aqui, de acordo com a artigo de Eduardo Pierrotti Rossetti<sup>68</sup>, há grande influência de Murtinho no projeto do Palácio do Itamaraty e em como trazê-lo para Brasília. Com o fim do governo JK, muitas de suas políticas urbanísticas em relação à capital foram deixadas de lado pelo governo Jânio Quadros. Quando veio o governo de João Goulart, a crise política trazida pela renúncia de Jânio e sua aproximação com as esquerdas fez insurgir uma insatisfação militar e de certos civis, algo que se intensificaria e levaria ao golpe de 1964. Pouco se pensou em Brasília durante esse período de crise pré-golpe. Entretanto, antes de toda essa crise política e ainda no governo JK, Murtinho e Niemeyer, entre 1958 e 1960 já discutiam o primeiro projeto do Palácio<sup>69</sup>. Depois do golpe de 1964, ressurge o interesse urbanístico no projeto de Brasília, levados a cabo pelo novo chanceler. É nesse momento que a figura de Murtinho se sobressai. De acordo com o artigo

Será nas circunstâncias políticas pós-64 que o projeto e a obra do Palácio do Itamaraty serão implementados. Houve interesse do novo chanceler pelas obras do novo palácio, assegurando sua continuidade e a manutenção da equipe de arquitetos, técnicos e funcionários já comandada pelo diplomata Wladimir de Murtinho, cuja expectativa pós-64 indicava um temor contrário, como relata: "...a primeira coisa que eu fiz foi retirar os planos, as plantas, resguardar, [com] medo de que queimassem os projetos, e retardassem a construção..."<sup>70</sup>.

O diplomata demonstra certo receio em relação ao golpe e as políticas urbanísticas de Brasília, em especial do Palácio do Itamaraty. 1964 é, por conseguinte, um ano decisivo na consolidação do Itamaraty em Brasília. Isso porque, além dos desejos de reconstruir a capital, havia a necessidade dos governos militares de legitimar o golpe também frente à comunidade internacional. O peso do Itamaraty para a consolidação do novo governo e da nova capital acabariam por acelerar o processo da vinda da Casa do Rio Branco à Brasília.

Além disso, Eduardo defende que a omissão da importância de Murtinho e de Burle Marx para a consolidação do Palácio em Brasília é imperdoável. Isso porque, muito se lembra de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, mas quanto aos dois, sempre são negligenciados. Sobre o projeto, ainda, cabe ressaltar que Eduardo é incisivo quanto a importância de Murtinho em suas conclusões do artigo. Em suas palavras

---

<sup>68</sup> ROSSETTI, Pierrotti Eduardo. *Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)*. *Arquitextos*, 106.02, ano 09, mar. 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/65>> acesso em julho de 2017.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*.



É inegável que autoria do projeto arquitetônico é de Oscar Niemeyer. No entanto, a contribuição de Wladimir Murtinho se estende além de sua função oficial designada pelo Itamaraty, empenhando-se pessoalmente para transferir a *Casa do Rio Branco* para o Planalto Central. Ele formou uma tríade com Luiz Brun de Almeida Souza e Rubens Antonio Barboza (outras pessoas também envolvidas no projeto) para atuarem junto às autoridades locais, fazendárias e do Executivo<sup>71</sup>.

Já foi defendido que Wladimir Murtinho trabalhou muito pelo Brasil em âmbito internacional. Para além de sua participação na política externa do governo Quatros, no artigo “A arte de Tuni Murtinho”<sup>72</sup>, é mostrado um pouco da história da artista Tuni Murtinho, que foi casada com o embaixador. A autora Graziela Naclério Forte expõe, neste artigo, os diversos países nos quais os dois atuaram enquanto o embaixador trabalhava para o Ministério das Relações Exteriores. De acordo com ela,

Casada com o embaixador Wladimir Murtinho, em 1944, a artista o acompanhou nos postos que ele assumiu ao longo da carreira. Viveram no Canadá e na Venezuela na década de 1940; no Brasil, França e Suíça na década seguinte. Em 1961, Wlady foi transferido de Tóquio para o Brasil, encarregado das obras do Palácio do Itamaraty e da mudança do Ministério para a nova capital brasileira. Nas décadas seguintes o casal viveu na Índia e na Dinamarca. Quando retornavam ao país, moravam em Brasília<sup>73</sup>.

Ainda sobre a vida diplomática de Murtinho antes de assumir o posto de Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, como bem aponta a pesquisa de Forte, é sabido que este atuava como embaixador do Brasil na Índia e na Dinamarca. Isso se deveu por um motivo justificado pelo embaixador anos depois em sua entrevista ao Arquivo Público do Distrito Federal. De acordo com ele, o governo militar o mandou embora do Ministério para evitar a transferência do palácio do Itamaraty para Brasília. Em suas palavras

Deu-se um fenômeno muito curioso. Quando estava pronto o palácio, eu fui mandado embora. E fui mandado embora, absolutamente, para evitar que eu fizesse a transferência. Ou seja, eles perceberam, havia uma brincadeira que dizia: "Não dêem, não façam isso que ele é capaz de fazer." É... eu fui mandado embora pelo ministro de Estado, que era o Magalhães Pinto. "Ministro, o senhor, nós precisamos de um homem excepcional, entre aspas, para ir à Índia." Como vocês veem foram buscar o lugar mais afastado que pudesse haver para me designar. E eu fui nomeado para a Índia, três meses depois morre é... o Costa e Silva e há aquelas mudanças e o Gibson Alves Barboza é convidado a ser ministro das Relações Exteriores e volta com a decisão de executar a transferência. E foi aí, que realmente se consolida Brasília. Porque no momento em que as embaixadas tiveram que vir para cá, era indiscutível que é a capital, a nível mundial era efetivamente Brasília e não Rio de Janeiro que ficou, portanto, até 69. É... a capital, o corpo diplomático começa a se

---

<sup>71</sup> I ROSSETTI, Pierrotti Eduardo. *Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)*. Arqtextos, 106.02, ano 09, mar. 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.106/65>> acesso em julho de 2017.

<sup>72</sup> FORTE, Graziela Naclério. *A arte de Tuni Murtinho*. Disponível em <[https://www.academia.edu/7564809/A\\_Arte\\_de\\_Tuni\\_Murtinho](https://www.academia.edu/7564809/A_Arte_de_Tuni_Murtinho)> acesso em setembro de 2018, p.3.

<sup>73</sup> Idem, Ibidem.

transferir em 70. A inauguração oficial do palácio, já funcionando na sua totalidade, ocorre em 20 de abril de 1970<sup>74</sup>.

Portanto, mais uma vez consolida-se o argumento da importância da figura de Murtinho para a consolidação da cidade de Brasília enquanto capital.

Outra pesquisa também corrobora a relação do diplomata e as artes. Justamente no período em que é Secretário de Cultura, Wladimir Murtinho participou da criação do Centro Nacional de Referência Cultural em 1975. De acordo com o Diário de Pernambuco, o projeto do CNRC deveria ser atuante “basicamente na faixa social, econômica e sócio-cultural, tendo como um dos objetivos fundamentais, preservar, no processo de desenvolvimento econômico, os valores da formação cultural brasileira.”. O CNRC foi muito estudado no artigo de Luiza de Cavalcanti Azeredo Ferreira, “Os intelectuais do Centro Nacional de Referência Cultural e a dinâmica do particular-universal (1975-1979)”<sup>75</sup>, e coloca Wladimir Murtinho, Aloísio Magalhães, designer, e o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, como os responsáveis pelo desenvolvimento e funcionamento do espaço, que foi funcionou até 1979. De acordo com Ferreira, o objetivo do CNRC, para Murtinho, era procurar

Outras funcionalidades [que não a sugerida por Aloísio Magalhães] para o CNRC, talvez as mais lógicas. Seu entusiasmo estaria no “campo propriamente cultural”. À Revista Visão, contou que o CNRC teria um “‘depósito’, constituído por uma iconoteca, uma biblioteca, uma fonoteca, uma filmoteca e um setor arquivológico, e um ‘espelho’ de tudo isso, que será o Centro de Exposições e Pesquisas da Forma”. Murtinho explica que era estratégica a não utilização da palavra “museu”, visto que esta daria uma conotação errada ao que se pretendia experimentar no centro, um espaço dinâmico, contrariamente a ideia designada por “museu” – “a que se nega o nome para fugir ao conceito estático aferrado a esse tipo de instituição”<sup>76</sup>.

Murtinho tinha aspirações de difundir as informações sobre o Brasil por meio deste Centro. Além disso, o CNRC é a expressão da preocupação de Wladimir Murtinho com as questões culturais, que já foram comprovadas por seu passado enquanto diplomata, curador do Itamaraty e tantas políticas culturais trazidas pelo embaixador. Sua criação, justamente no período em que Murtinho se torna Secretário de Educação e Cultura, demonstra um esforço dele e de outros artistas em colocar em prática essas políticas culturais no Brasil e, em uma perspectiva mais local, na capital federal.

---

<sup>74</sup> MURTINHO, Waldimir do Amaral. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p.7.

<sup>75</sup> FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *Os intelectuais do Centro Nacional de Referência Cultural e a dinâmica do particular-universal (1975-1979)*. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>76</sup> FERREIRA, op. Cit., p. 3

Contudo, deve se levar em conta que Wladimir Murtinho, assim como todo o corpo político, no sentido das pessoas que ocupavam cargos, tinham vínculos com a ditadura que estava instaurada no país. A questão do envolvimento e contribuição do corpo diplomático para a ditadura militar é bem trabalhada no artigo “O Itamaraty nos anos de chumbo: O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)”, de Pio Penna Filho. Neste artigo, o autor busca evidenciar o papel colaborativo do Ministério das Relações Exteriores com o regime, através do Centro de Informações do Exterior (CIEX), órgão vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Este órgão teve como objetivo principal a espionagem de políticos militantes contra o regime em países do Cone Sul<sup>77</sup>. Em suas palavras

A função maior do CIEX era justamente essa: monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior<sup>4</sup>. Mas mesmo antes da criação do CIEX, que só ocorreu em 1966, algumas embaixadas brasileiras já faziam o serviço de monitoramento dos exilados brasileiros<sup>78</sup>.

Por fazer parte do corpo diplomático e ter sido uma figura tão importante para consolidação do Itamaraty durante a ditadura militar, não podemos desconsiderar sua ligação com o regime. Além disso, um episódio interessante envolvendo o embaixador chama atenção e comprova seu alinhamento, em certos momentos, com os governos militares. Em setembro de 1973, na Argélia, meses antes de ser indicado para a Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, houve uma Conferência de Cúpula dos países não-alinhados. Este evento reuniu 2 terços dos países soberanos que integravam a Organização das Nações Unidas, conferência essa em que o Brasil deveria participar apenas na qualidade de observador. Entretanto, o episódio em que Murtinho rebateu críticas do então ditador cubano, Fidel Castro, direcionadas à ditadura militar, chama a atenção. No evento, Castro teria agido, de acordo com a matéria, da seguinte maneira

O ditador cubano acusou o nosso país de seguir as pegadas de uma potência imperialista e tornar-se ele próprio, o Brasil, uma nação imperialista. Ao mesmo tempo, delegados cubanos tudo faziam, e já tinham feito, por negar ao assento ao Brasil na conferência como potência observadora. Diziam que não tínhamos independência para estar presente em Argel e que nosso “alinhamento” era tal que nos tirava qualquer direito a sequer entrar no recinto<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> O Cone Sul corresponde aos países Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

<sup>78</sup> FILHO, Pio Penna. *O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)*. Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 43-62, 2009, p. 46.

<sup>79</sup> DESCONHECIDO. *Murtinho refuta acusações de Fidel Castro ao Brasil*. Correio Braziliense, Brasília. 10 de setembro de 1973. Caderno Internacional, p. 5.

Tais declarações foram seguidas de uma resposta um tanto revoltada do embaixador brasileiro. De acordo com a reportagem

“Constato com surpresa, como observador, que Cuba venha advogar em favor do alinhamento total com uma das grandes potências”, disse o delegado brasileiro Wladimir Murtinho.

Destacou que “considero intolerável o que se disse contra meu país”, a cujo o governo Fidel acusou de ter “colaborado com a derrubada do governo progressista da Bolívia e a instauração de uma ditadura reacionária no Uruguai”

“Todo mundo conhece o respeito brasileiro pelos princípios da não-intervenção e autodeterminação dos povos e gostaria de dizer o mesmo de Cuba sob o regime do senhor Fidel Castro”, respondeu ontem Murtinho<sup>80</sup>.

O confronto teve grande repercussão nos jornais, que rasgaram elogios à atitude do diplomata e seu posicionamento em defesa do governo brasileiro. Em uma reportagem, um dos redatores do jornal coloca o título “Habilidade e bravura”, em matéria que exalta a réplica de Murtinho às críticas de Fidel Castro<sup>81</sup>. Esse evento serve para ilustrar o alinhamento do Ministério das Relações Exteriores em relação à ditadura militar, encabeçadas por Murtinho em 73 e acaba por corroborar a tese “O Itamaraty nos anos de chumbo: O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)”, de Pio Penna Filho.

Por fim, o que explica essa necessidade de ampliação das políticas culturais é uma necessidade de se legitimar o Brasil enquanto moderno na comunidade internacional, tanto pela perspectiva nacional-desenvolvimentista iniciada por JK, quanto pelos movimentos modernistas que se tornaram a cara da capital. Brasília, portanto, teve um papel simbólico e muito importante para a consolidação desse ideal de “novo Brasil” e, mesmo durante os anos de chumbo, essa aspiração por modernização vai ser prioridade, possibilitadas pelo conceito já trabalhado aqui de “modernidade conservadora-autoritária”. Brasília, a política nacional-desenvolvimentista e as políticas culturais de Murtinho durante sua gestão como Secretário de Educação e Cultura no governo Geisel, serão as questões trabalhadas com mais densidade no próximo capítulo.

---

<sup>80</sup> DESCONHECIDO. *Murtinho refuta acusações de Fidel Castro ao Brasil*. Correio Braziliense, Brasília. 10 de setembro de 1973. Caderno Internacional, p. 5.

<sup>81</sup> DESCONHECIDO. *Habilidade e bravura*. Correio Braziliense, Brasília. 11 de setembro de 1973. Caderno desconhecido, p. 4.

## CAPÍTULO II

### 2.1. Período Democrático (1945-1964): Governo JK, a construção de Brasília e o golpe de 1964

O período que vai de 1945 até 1964, do fim do Estado Novo ao golpe militar, foi uma época da história do Brasil marcada pela pluralidade política. Como já explicitado aqui, essa pluralidade pode ser questionada devido à perseguição constante de partidos de esquerda. Entretanto, durante esses 19 anos, o Brasil teve diversos presidentes, dentre eles o próprio Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Café Filho, Jânio Quadros e João Goulart, eleitos democraticamente. Para este capítulo, é importante destacar o governo Juscelino e seu nacional-desenvolvimentismo, bem como o papel de Brasília enquanto consolidadora do Brasil modernizado que partiria desse ideal.

Durante o governo JK, foi desenvolvida a ideia de desenvolvimento nacional, que passou a ser diretamente ligada ao nacional-desenvolvimentismo. Este ideal, personificado pela figura de Kubistchek, se consolidou durante sua campanha à presidência como o estilo de governo e como um projeto social e político dele para o Brasil, que se tratava do compromisso com a democracia e a alavancada do desenvolvimento industrial capitalista. O *slogan* de sua campanha, o famoso “cinquenta anos em cinco”, resume o objetivo principal de JK, isto é, acelerar o desenvolvimento nacional. Seu projeto de nação estava especificado no que chamou de Plano de Metas,—um documento de caráter essencialmente econômico. Tratavam-se de 30 metas, divididas em setores de energia (meta 1 a 5), transporte (6 a 12), alimentação (13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). Brasília e sua construção foi agregada a este programa durante a campanha presidencial e foi considerada sua meta-síntese<sup>82</sup>.

Para entender o surgimento do nacional-desenvolvimentismo, é importante voltar no ano de 1929. Nesse ano, houve um despertar dos setores políticos e intelectuais brasileiros quanto ao que eles acreditavam ser uma fragilidade da nação, ressaltada pelas dificuldades trazidas com a crise econômica do mesmo ano. A partir desse momento, nota-se a necessidade de um processo de desenvolvimento independente do mercado externo, tornando o modelo agroexportador um vilão da nação e, conseqüentemente, os setores sociais chamados arcaicos,

---

<sup>82</sup> Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

os agroexportadores, também<sup>83</sup>. Os intelectuais e políticos perceberam que, para combater a fraqueza da nação, era necessário um desenvolvimento de uma indústria nacional. É nesse cenário que surgem os grupos considerados progressistas<sup>84</sup>, defensores da industrialização, críticos dos agroexportadores e latifundiários e defensores da reforma agrária, que aos poucos foram ganhando adeptos. Com a criação da Petrobrás, no ano de 1953, durante o governo Vargas, o ideário nacionalista se materializa também na questão do petróleo. Foi esse ideal nacional-desenvolvimentista e progressista um dos mais importantes, se não o mais importante, que ascendeu no Brasil durante o governo de JK.<sup>85</sup>

A ideia de “desenvolvimento nacional” é produzida e perpetuada pelo governo por meio do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), uma instituição com vínculo no Ministério da Educação. O ISEB reunia grandes intelectuais brasileiros, dentre eles Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. O objetivo de propagar essa ideia era tentar uma junção das classes dinâmicas, isto é, a classe progressista, que se tratava de um agrupamento de reformistas sociais e liberais interessados na industrialização capitalista, contra os setores sociais arcaicos agroexportadores. Deste modo, via-se a possibilidade de uma revolução democrático-burguesa no Brasil, rumo a industrialização<sup>86</sup>.

É importante ressaltar que os nacionalistas não eram apenas os intelectuais do ISEB ou o próprio JK. Além deles, os caminhos para se alcançar a industrialização (na época, o ideal de desenvolvimento nacional estava diretamente ligado à ideia de industrialização) eram discutidos e debatidos fervorosamente entre os chamados nacionalistas econômicos, que tinham opiniões diversas de como se chegar a industrialização. Exemplificando, em contraponto ao nacional-desenvolvimentismo dos intelectuais do ISEB e do governo JK, havia o nacionalismo econômico<sup>87</sup>, protagonizado pela esquerda da época. O nacionalismo da

---

<sup>83</sup> cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Brasília: a construção da nacionalidade. Um meio para muitos fins". Vitória: Edufes, 1998, p. 167-171.

<sup>84</sup> Eram chamados de progressistas os grupos que acreditavam que o Brasil era frágil devido à sua dependência em relação ao mercado externo e, conseqüentemente, ao modelo agroexportador. Estes progressistas acreditavam que o antídoto para combater essa fraqueza da nacionalidade era o desenvolvimento de uma indústria nacional. Os políticos que eram progressistas, tanto os reformistas sociais quanto os liberais, interessados na intensificação do capitalismo industrial, eram unanimemente críticos aos latifúndios. Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>85</sup> Idem, ibidem

<sup>86</sup> Idem, ibidem

<sup>87</sup> Considerados o lado mais radical, os nacionalistas econômicos romperam com os nacionalistas desenvolvimentistas durante a gestão de Juscelino. O conflito se deu devido à presença de capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento durante os anos 60. Devido à falta de poupança interna, JK recorreu ao incentivo de instalação de multinacionais no país, desagradando este setor mais radical dos

época, portanto, teve uma dimensão liberal e uma popular, em que, à medida que é analisado cada autor que versa sobre o assunto, é também notado a pluralidade do conceito, bem como as opiniões divergentes acerca do caminho traçado para se chegar à industrialização.

É nesse contexto de acirramento político entre nacional-desenvolvimentismo, nacionalistas econômicos e os velhos latifundiários que se constrói a cidade de Brasília. Antes mesmo de se consolidar como a capital federal, a transferência desta para Brasília se veria ameaçada pela crise política no Brasil. O sucessor de Juscelino, Jânio Quadros, teve pouca força política, o que acarretou em sua renúncia em 1961. Além disso, como já explicitado aqui, o governo de Jânio teve como uma das características a política externa independente, que seria seguida por seu sucessor, com a aproximação com os países da chamada “cortina de ferro”<sup>88</sup>. João Goulart então assume a presidência em meio ao caos do governo anterior. Como bem aponta Jorge Ferreira, Jango tornou-se presidente em meio à crise militar, também enunciada por Maria Helena Moreira Alves<sup>89</sup>, com as contas públicas descontroladas, além de endividamento interno e externo. Outro fator que complicou ainda mais o governo de Goulart foi o acirramento das lutas no campo e, como consequência, a reforma agrária, que viria a se tornar uma grande pauta dali em diante sendo abraçada por Jango em seu plano de fazer as Reformas de Base<sup>90</sup>. É sabido que, mais tarde, esse acirramento, o crescimento exponencial das esquerdas brasileiras juntamente com a crise política já mencionada e o medo do comunismo gerado pela Guerra Fria serão os motivos principais para que ocorra o golpe de Estado em 1964.

Pode-se imaginar, portanto, que a consolidação de Brasília ficaria então em um segundo plano nesse momento. A importância da legitimidade de Brasília como a capital do Brasil Moderno, do novo, viria mais tarde da mesma necessidade de se consolidar a ditadura militar, a partir de 1964. Dentro do projeto modernizante, também se pode pensar em uma

---

nacionalistas, qualificando Juscelino de “entreguista” juntamente com os administradores de seu governo. O termo foi utilizado primeiramente pela Revista Brasiliense. Enquanto o Iseb era o difusor do nacional-desenvolvimentismo, esta era difusora do nacionalismo econômico. Idem, *ibidem*. de seu governo. O termo foi utilizado primeiramente pela Revista Brasiliense. Enquanto o Iseb era o difusor do nacional-desenvolvimentismo, esta era difusora do nacionalismo econômico. Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>88</sup> CRESPO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. Dissertação de mestrado – UERJ, 2006.

<sup>89</sup> Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005

<sup>90</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

descentralização cultural do eixo Rio-São Paulo para Brasília, uma tentativa da gestão de Wladimir Murtinho<sup>91</sup>.

A ideia de transferência da capital já era antiga. O nome “Brasília” foi sugerido por José Bonifácio ainda em 1823. As discussões seriam retomadas em 1891, quando tal intenção foi incorporada pela Constituição, que teria como consequência a criação, no ano de 1892, da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que ficaria conhecida como Missão Cruls<sup>92</sup>. Entretanto, sua transferência só foi realmente discutida e colocada em prática a partir de 1956, quando Juscelino convidou Oscar Niemeyer para fazer parte do projeto de construção da capital moderna. No ano seguinte, começariam os projetos para o Plano Piloto e os primeiros prédios surgiriam a partir disso. Brasília seria a cara do Brasil moderno, uma vez que as cidades brasileiras tinham a tradição de serem baseadas no modelo urbanístico português. Como aponta Brasilmar Ferreira Nunes, “a cidade colonial portuguesa era marcada como por espaços flexíveis e pragmáticos, sem o critério segregacionista que poderá ser mais claramente observado nas cidades que as sucedem.”<sup>93</sup>, diferente do modelo espanhol. Esse modelo de cidade brasileira é deixado de lado com a construção de Brasília, que é pensada para atender a uma categoria específica, isto é, os funcionários públicos. Em seu discurso, em 1974, Lucio Costa, um dos idealizadores do projeto arquitetônico juntamente com Niemeyer, salientou em discurso que Brasília foi “feita para permanecer e traduzir, com dignidade, uma nova fase do Brasil, não de um país diferente, mas que continua voltado para o futuro. Enfim, sabe-se lá o que se tem pela frente.”<sup>94</sup> .

## 2.2 As políticas culturais em Brasília na gestão de Wladimir Murtinho (1975-1978)

Mediante essa explanação, é possível perceber que os projetos de modernização vieram ao encontro dos projetos conservadores militares, uma vez que esses tomaram o poder. A modernização conservadora e autoritária também ganharia corpo nas questões culturais da

---

<sup>91</sup> Murtinho fala um pouco dessa tentativa em seu depoimento oral ao Arquivo Público do Distrito Federal, em 1990. Cf. MURTINHO, Waldimir do Amaral. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 43 p.

<sup>92</sup> NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência*. Revista Sociedade e Estado, vol. 26, n° 3, setembro/dezembro 2014.

<sup>93</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>94</sup> 50 anos: ver Brasília, viver em Brasília. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n1/a04v62n1.pdf>> acesso em outubro de 2018.



capital. Somando isso às características artísticas modernistas à época, Murtinho e sua gestão surgem como um exemplo dessa modernização conservadora<sup>95</sup>.

A gestão de Wladimir do Amaral Murtinho frente à Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal foi de 1975 até 1978, juntamente com o governo de Elmo Farias. Suas promessas para a vida cultural de Brasília, ao assumir o cargo, eram das mais variadas. De acordo com uma reportagem do Correio Braziliense sobre sua posse

O embaixador Vladimir Murtinho pretende impulsionar as obras do Teatro Nacional, paralisadas há muitos anos, promover uma revisão dos custos de Ensino do 1º e 2º Graus e atrair para o Distrito Federal a maioria dos congressos, exposições, seminários científicos, artísticos e culturais. Pretende criar pontos para o lazer do brasiliense, que tanto reclama da falta de botequins e locais para “bater papos”<sup>96</sup>.

O embaixador não só aumentou o número de exposições e congressos, como também cumpriu sua promessa de impulsionar as obras do Teatro Nacional, que foram finalizadas em sua gestão. Além disso, foi durante seu mandato frente à Secretária que as obras de restauração Cine Brasília foram iniciadas, em 75 e concluídas, em 1976 – essas e outras informações sobre sua gestão estão contidas na biografia do criador do Arquivo Público do Distrito Federal, Walter Mello, que vai ser abordada mais adiante<sup>97</sup>.

Ademais, o diplomata não tinha apenas preocupação com a parte cultural em termos gerais, mas também parecia estar muito preocupado com questões da educação no Distrito Federal. Antes mesmo de assumir como Secretário, Murtinho mandou levarem cadeiras e mesas para escolas-classe do DF que estavam necessitando, inclusive indo em algumas escolas conferir se o pedido tinha se concretizado<sup>98</sup>. Foi o precursor da Escola Polivalente modelo no DF, nos moldes da filosofia educacional do Programa de Expansão de Melhorias do Ensino-PREMEN<sup>99</sup>, do MEC da época<sup>100</sup>, algo que começou a discutir logo no começo de

---

<sup>95</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>96</sup> DESCONHECIDO. *Wladimir Murtinho será empossado hoje na SEC*. Correio Braziliense, Brasília. 9 de abril de 1974. Caderno desconhecido, p. 9.

<sup>97</sup> SILVA, Elias Manoel da. *Walter Mello – entre a oralidade e a escrita: apontamentos bibliográficos*. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/WALTER-MELLO-PDF.pdf>> acesso em novembro de 2018.

<sup>98</sup> CUNHA, Ari. *Visto, lido e ouvido – A dedicação de Murtinho*. Correio Braziliense, Brasília. 3 de maio de 1974. Caderno desconhecido, p. 3.

<sup>99</sup> Dentro da proposta conceitual de Rodrigo Motta, as escolas Polivalentes podem se inserir como um dos tipos de “modernização conservadora”. Isso porque esse modelo de escola surgiu durante a ditadura militar, de um acordo entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Originaram-se recursos oriundos dos Estados Unidos para que fossem então criadas as Escolas Modelos, chamadas de Escolas Polivalentes. A proposta desse tipo de “escola de excelência” era a de preparar jovens para o mercado de trabalho e, assim, suprir a sociedade com mão-de-obra de qualidade. Cf. RESENDE, Luciana Araújo Valle de. *Reorganização educacional: as escolas polivalentes como uma das vias*

sua gestão. Também durante sua gestão foi previsto um aumento de 20% do salário dos professores que pudessem fazer hora extra, para sanar o problema da falta de profissionais em algumas escolas. A contratação de professores seria feita pela Fundação Educacional do DF<sup>101</sup> e aumentaria os custos do Distrito Federal em relação à educação. De acordo com matéria do Correio

Atenção especial ao professor é uma das metas prioritárias do Secretário de Educação, que acredita que a valorização da carreira do magistério está estreitamente ligada a questão dos vencimentos [de pagamentos de professores]. Por isso, determinou a extensão do aumento aos professores contratados. Para atender às determinações do embaixador Wladimir Murtinho, técnicos da SEC examinarão o assunto em caráter de urgência<sup>102</sup>.

Na biografia de Walter Mello<sup>103</sup>, organizada pelos servidores do Arquivo Público do Distrito Federal e co-escrita por ele, é citado pelo mesmo, diversas vezes, a importância de Murtinho à cidade de Brasília, e destaca suas contribuições. De acordo com ele

Frente à Secretaria, no final do período da ditadura, foi o responsável pela consolidação do Festival de Cinema de Brasília e da Escola de Música, pela reativação do Teatro Nacional e da Sala Martins Penna e pela criação da Sala Alberto Nepomuceno – espaços que possibilitaram o funcionamento da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, hoje Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, e deram impulso à dança e ao teatro no Distrito Federal<sup>104</sup>.

Percebe-se, por tal afirmação, que Walter Mello considera também Murtinho como um dos grandes precursores da promoção de políticas culturais em Brasília. Além disso, Mello não deixa de citar a importância de Murtinho na criação do próprio Arquivo Público do Distrito Federal, quando menciona que

Não lutei sozinho. Em 1978, na gestão do Embaixador Wladimir Murtinho na então Secretaria de Educação e Cultura foram dados os primeiros passos concretos para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Na ocasião dirigia a Divisão

---

*para a profissionalização do ensino*. V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente. Anais. Uberlândia, p. 1-17, 2009. <<http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC57.pdf>> acesso em novembro de 2018.

<sup>100</sup> DESCONHECIDO. *Será criada no DF a Polivalente Modelo*. Correio Braziliense, Brasília. 23 de maio de 1974. Caderno desconhecido, p. 10.

<sup>101</sup> DESCONHECIDO. *Ensino e Cultura*. Correio Braziliense, Brasília. 24 de maio de 1974. Caderno desconhecido, p. 10.

<sup>102</sup> DESCONHECIDO. *Ensino e Cultura*. Correio Braziliense, Brasília. 24 de maio de 1974. Caderno desconhecido, p. 10.

<sup>103</sup> Walter Mello foi um dos criadores da Semana do Cinema Brasileiro e o fundador do Arquivo Público do Distrito Federal. Mello organizou a criação do Arquivo Público em março de 1985 quando ainda era diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da então Secretaria de Educação e Cultura do DF. O Arquivo Público foi fundado com o objetivo de receber o acervo da construção de Brasília da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). SILVA, Elias Manoel da. *Walter Mello – entre a oralidade e a escrita: apontamentos bibliográficos*. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/WALTER-MELLO-PDF.pdf>> acesso em novembro de 2018.

<sup>104</sup> SILVA, Elias Manoel da. *Walter Mello – entre a oralidade e a escrita: apontamentos bibliográficos*. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/WALTER-MELLO-PDF.pdf>> acesso em novembro de 2018.

de Patrimônio Histórico e Artístico, quando senti a necessidade da criação de uma instituição voltada para a preservação da memória documental. Para tanto contei com a colaboração de duas Celinas: Celina Lamounier D'Alessandro e Celina Vargas do Amaral Peixoto, na ocasião, Diretora do Arquivo Nacional, Nilza Teixeira Soares e Maria Aparecida dos Santos<sup>105</sup>.

A pesquisa feita no *Jornal de Brasília* demonstra como funcionou, na prática, a promoção das políticas culturais em Brasília e da “batalha” de modernização *versus* conservadorismo nesta esfera. A ideia era coletar a movimentação da vida cultural brasileira durante a gestão de Wladimir Murinho (1975-1978). Durante os 5 meses de pesquisa no JBr, em 2017, obteve-se um total de 125 matérias sobre eventos culturais no Distrito Federal, referentes ao ano de 1976. No mês de janeiro 18 (dezoito), em fevereiro 15 (quinze), em maio 32 (trinta e dois), abril 25 (vinte e cinco) e maio 35 (trinta e cinco). Analisando esses registros por meio de um banco de dados montado no Excel, foi possível constatar que 61 dessas matérias diziam respeito a exposições artísticas. Menções sobre os museus, apenas 18 matérias. O Cine Brasília<sup>106</sup> também ocupa lugar nas matérias do jornal, tendo um número de 21 menções, enquanto o antigo Cine Karim, localizado no Guará, tem apenas 2 menções<sup>107</sup>. As mostras culturais são mencionadas 30 vezes. Outro dado interessante que pode ser observado é o fato de que muitas atividades culturais eram realizadas na Sala de Exposição da antiga Fundação Cultural, na 508 Sul<sup>108</sup>.

As reportagens que mais ilustram a batalha ideológica pela cultura eram as que diziam respeito à Exposição de Armas, também conhecida como Museu de Armas. Essa era uma

---

<sup>105</sup> SILVA, Elias Manoel da. *Walter Mello – entre a oralidade e a escrita: apontamentos bibliográficos*. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/WALTER-MELLO-PDF.pdf>> acesso em novembro de 2018, p. 134.

<sup>106</sup> O Cine Brasília foi inaugurado juntamente com a cidade, em um evento que comemorou sua transferência, em 22 de abril de 1960. Projetado por Niemeyer, o cinema foi um dos primeiros lugares de lazer dos brasilienses. De 15 a 22 de novembro de 1965, em meio aos anos de chumbo, o cinema recebeu o primeiro Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Em 1975 o cinema passou por uma restauração total, sendo reaberto em julho de 1976. Disponível em < <http://www.cultura.df.gov.br/cinebrasilia/>> acesso em novembro de 1976.

<sup>107</sup> O goiano Abdala Carim Nabut chegou em Brasília ainda durante a construção da cidade e foi um influente empresário do ramo da construção civil e do mercado imobiliário. Reportagens sobre ele abordam sua paixão por cinema, algo que o levou a construir algumas das primeiras salas da cidade, como o Cine Karim (uma variação de seu sobrenome), inaugurado em 1969 na 110/111 Sul, o Cine Márcia, no Conjunto Nacional, além das salas Miguel Nabut e Badya Helou, ambas no Conic. Não há menção do Cine Karim do Guará, isso porque talvez fosse pouco conhecido. Este foi inaugurado em maio de 1976 e foi um lugar que também possuiu fluxo cultural. Cf. Disponível em < <http://historiasdebrasilia.com.br/o-pioneiro-que-amava-o-cinema/#>> acesso em novembro de 2018. Para as reportagens sobre o Cine Karim, cf. DESCONHECIDO. Governo faz exposição de obras no Guará hoje. *Jornal de Brasília*, Brasília. 05 de maio de 1976. Caderno Cidade, p. 15. e DESCONHECIDO. Sem título. *Jornal de Brasília*, Brasília. 07 de maio de 1976. Caderno Cidade, p. 16.

<sup>108</sup> A Fundação Cultural do Distrito Federal foi criada em janeiro de 1961. Funcionou em vários lugares até que teve sua sede transferida para o anexo do Teatro Nacional Claudio Santoro, em 1981. Ali se manteve até maio de 1999, quando foi fundida à Secretaria de Cultura do DF, que aconteceu por meio do Decreto nº 20.264/99. Disponível em <<http://www.arpdf.df.gov.br/fundo-fundacao-cultural-do-distrito-federal/>> acesso em novembro de 2018.

exposição que sempre estava presente nas páginas do Jornal de Brasília e também do Correio Braziliense. Isso porque, na época, muitas cidades possuíam um Museu de Armas, uma vez que isso fazia parte do que os redatores do jornal chamaram de “serviços turísticos”<sup>109</sup> prestados pelas Fundações Culturais do país. Uma reportagem elucida que as armas do Museu de Brasília foram adquiridas do colecionador Arlindo Zatti, por um milhão de cruzeiros. De acordo com a matéria, as armas que estariam à amostra no Museu são

Várias peças que pertenceram a brasileiros ilustres, como o revólver belga, fabricado em 1870, do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias; a pistola Mauser, calibre 7,65, de 1920, que foi de Getúlio Vargas; o revólver “Wild-West”, belga, com 20 tiros, usado por Oswaldo Aranha; o revólver, que num combate “salvou a vida do General Flores da Cunha, aparando uma bala inimiga”, segundo a História e o canhão rodízio que pertenceu a D. João VI<sup>110</sup>.

As peças, como bem colocado na reportagem, faziam parte do acervo da Fundação Cultural do DF e estavam sob a guarda da Polícia Militar do Distrito Federal. Essa cultura de exaltação dos “heróis militares nacionais” era, como se sabe, muito comum em meio a ditadura militar, o que justifica a quantidade de mostras e mesmo a construção de museus para se firmar essa prática cultural de exaltação.

Contudo, um episódio que muito chama a atenção foi a da colocação de Murinho, em que o diplomata pareceu não estar de acordo com a existência da exposição. De acordo com ele, “Brasília era uma cidade pacífica”<sup>111</sup>. Muito promovida pelo JBr e pelo Correio Braziliense, a Exposição de Armas, trouxe controvérsia. Na matéria de Wilson Oliveira, um dos redatores do jornal na época, Wladimir Murinho teria feito a declaração de não se interessar pela exposição. De acordo com o diplomata “as 1800 peças encontram-se guardadas no Departamento de Material Bélico da Polícia Militar do DF e não se sabe o que fazer com elas”<sup>112</sup> e que, por Brasília ser uma cidade pacífica, não teria lugar para um museu de armas. Não fica claro, no contato com a fonte, o porquê de Murinho, que era o Secretário de Cultura na época, não ter proibido a exposição/museu, mesmo parecendo ser contra. Entretanto, por ser algo promovido pelas Fundações Culturais de diversas partes do país, talvez essa proibição fosse algo que não estivesse ao seu alcance.

---

<sup>109</sup> Museus de Armas estiveram presentes na Paraíba e em São Paulo, de acordo com o Correio Braziliense. Cf. DESCONHECIDO. *Sátiro vai instituir este mês a Fundação Cultural da Paraíba*. Correio Braziliense, Brasília. 24 de agosto de 1973. Caderno desconhecido, p. 2. e KATUCHA. *Sociais de Brasília*. Correio Braziliense, Brasília. 7 de novembro de 1970. Caderno Desconhecido, p. 3.

<sup>110</sup> DESCONHECIDO. *Museu está mostrando mais de 1500 armas*. Correio Braziliense, Brasília. 24 de março de 1974. Caderno Desconhecido, p. 3.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Wilson. *Secretário de Educação não quer museu de armas em Brasília*. Jornal de Brasília, Brasília. 17 de janeiro de 1976. Caderno Cidade, p. 11.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*.

Ainda quanto à essa controvérsia, é possível perceber a contradição da crítica de Murtinho uma vez que ela logo é contestada por Sérgio Magalhães Garschagen. Segundo o redator do jornal, em sua resenha intitulada “Coleção de armas narra a história”<sup>113</sup>, a exposição teria um “enorme acervo, com armas da época medieval até a contemporaneidade”<sup>114</sup>. Para ele, a exposição não incita a violência, pelo contrário, trazia um “sentimento de impotência e repulsa”<sup>115</sup>. Tal resenha mostra um certo incômodo do próprio jornalista em relação à crítica de Murtinho. É provável que o embaixador tivesse ligações com os jornalistas da cidade, uma vez que era uma pessoa importante e também baseado na divulgação recorrente de seus trabalhos nos 5 meses analisados. Isso porque sempre se noticiava os grandes nomes presentes na exposição, como o diretor da Interpol Dante Nardelli junto com outros diversos membros da mesma organização. Há uma matéria ressaltando que eles haviam visitado a Exposição de Armas instalada no saguão do Palácio do Buriti<sup>116</sup>. Há ainda uma reportagem que aponta para um interesse dos turistas em relação à exposição. Segundo a reportagem, o Palácio do Buriti, onde estava sendo exposta, impressiona com número de visitas na exposição de 1600 armas da coleção Arlindo Zatti, salientando que a média de visitas é de 60 pessoas por dia<sup>117</sup>.

Outro fator que se faz destaque é a promoção de mais artistas internacionais do que nacionais, talvez devido aos conflitos entre artistas brasileiros e a ditadura militar comuns à época. Outro argumento sobre esse assunto se relaciona às conexões artísticas de Murtinho, que era diplomata e casado com a artista Tuni Murtinho e, por isso, teria muitos contatos com artistas internacionais<sup>118</sup>. Quanto à exposições e mostras de artistas internacionais, pode-se mencionar várias: obras de Jean-Baptiste Debret<sup>119</sup>, doação de obras do artista Pietro

---

<sup>113</sup> GARSCHAGEN, Sérgio Magalhães. *Coleção de armas narra a história*. Jornal de Brasília, Brasília. 01 de fevereiro de 1976. Caderno Cidade, p. 13.

<sup>114</sup> Idem, ibidem.

<sup>115</sup> Idem, ibidem.

<sup>116</sup> DESCONHECIDO. *Diretor da Interpol visita Exposição de Armas no Buriti*. Jornal de Brasília, Brasília. 14 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 17.

<sup>117</sup> DESCONHECIDO. *Exposições: coleção de arma atrai mais turistas ao Palácio do Buriti*. Jornal de Brasília, Brasília. 17 de fevereiro de 1976. Caderno Cidade, p. 15.

<sup>118</sup> Tuni Murtinho, nascida Maria Antonieta Prado Uchôa, foi uma artista brasileira e a ela se deve muitas das conexões artísticas de Murtinho. Sobrinha do historiador Caio Prado Júnior, Tuni era uma artista que possuía muitas conexões no mundo artístico. Estudou com Burle Marx e foi amiga de outros artistas como Alfredo Volpi, Aluísio Magalhães, Antonio Houaiss, Athos Bulcão, Hugo Rodas, Jorge Amado, Lívio Abramo, Lúcio Costa, Oswaldo Goeldi, Thiago de Melo, Oscar Niemeyer, Raul Bopp, Rossini Perez, dentre outros.

<sup>119</sup> DESCONHECIDO. *Fundação faz mostra de obras de Debret*. Jornal de Brasília, Brasília. 10 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 16.

Ubaldi<sup>120</sup>, as litografias e pinturas de Pierre Soulages<sup>121</sup>, mostras de artistas britânicos<sup>122</sup> dentre outros.

Tanto a polêmica da Exposição de Armas quanto a promoção de mais artistas internacionais que brasileiros podem ser entendidas a partir da censura comum à época. Em seu livro “Cães de Guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988”, Beatriz Kushnir demonstra como funcionada a censura aos periódicos na época<sup>123</sup>. O Jornal de Brasília ou mesmo o Correio Braziliense não aparecem na pesquisa. Em contrapartida, por serem de grande circulação, como já apontado, e serem jornais da capital, onde a cúpula do poder ditatorial estava instalada, é mais do que lógico presumir que eles funcionavam da mesma maneira, isto é, a censura também acontecia ali.

Em “Cães de Guarda”, Kushnir historiciza a censura no Brasil com o intuito de ilustrar como se deu a relação entre censores, governos ditatoriais como o Estado Novo e o regime militar e os colaboracionistas da população. Em seu trabalho, ela defende que a posição de colaboracionismo em relação à ditadura foi algo recorrente entre os jornalistas, que auxiliavam os censores dos jornais ou mesmo se auto censuravam. Em suas palavras

Trata-se de mapear uma experiência de colaboracionismo de uma parcela da imprensa com os órgãos de repressão no pós-AI-5. Ou seja, tem-se como mote a atuação de alguns setores das comunicações do país e suas estreitas (permissivas) conexões com a ditadura civil-militar do pós-64. Além de não fazer frente ao regime e às suas formas violentas de ação, parte da imprensa também apoiou a barbárie.<sup>124</sup>

Esse argumento explica porque o jornalista teve uma reação às declarações de Murtinho sobre a Exposição de armas que foi comprada pelo Governo do Distrito Federal, que como ainda era nomeado pelo presidente, estava sempre sob sua vigilância. Assim que houve críticas à Exposição promovida pelo governo, este jornalista logo se posiciona contra a crítica, redigindo uma resenha elogiando a exposição. Também no argumento de Kushnir ela aponta para as “tonalidades variadas” do colaboracionismo. Segundo a autora, o ato de colaboracionismo “tanto poderia ser exercido de maneira individual, como coletiva e, como vale salientar, este modo de agir não é exclusivo do jornal selecionado” no caso, o *Folha da*

---

<sup>120</sup> DESCONHECIDO. *Doação da obra de Pietro Ubaldi será comemorada*. Jornal de Brasília, Brasília. 12 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 15.

<sup>121</sup> DESCONHECIDO. *O que há para ver: exposição*. Jornal de Brasília, Brasília. 13 de abril de 1976. Caderno Cidade, p. 13.

<sup>122</sup> DESCONHECIDO. *Exposição dos ingleses é adiada*. Jornal de Brasília, Brasília. 7 de janeiro de 1976. Caderno Cidade, p. 12.

<sup>123</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>124</sup> Idem, *ibidem*.

*Tarde*, do grupo *Folha da Manhã*. O jornal, durante a ditadura militar, teve tanto uma redação de esquerda engajada, que tinha espaço antes do AI-5, como partidários e colaboradores do regime militar.

A tese parece corroborar com o conceito de “zona cinzenta” desenvolvido por Pierre Laborie e apropriado por historiadores como Denise Rollemberg e Rodrigo Motta, em uma tentativa de explicar as particularidades da ditadura civil-militar brasileira. Em um contexto mais específico, como esse do jornal *Folha da Tarde* e a polêmica observada no *Jornal de Brasília*, esse conceito se consolida. Esse argumento se sustenta porque, como já demonstrado aqui, Murtinho era uma pessoa do governo e, entretanto, questionou a exposição do Museu de Armas. Assim como, ao mesmo tempo, anos atrás, defendeu o governo ditatorial brasileiro de ataques sofridos por Fidel Castro na Conferência de Cúpula das Nações não-alinhadas, em 1973<sup>125</sup>. A “zona cinzenta” pode ser exemplificada nas atitudes do embaixador, que mostra uma mistura de colaboração com o regime e uma não-adesão a certas partes dele, como no caso das políticas culturais.

Ainda sobre a questão da resposta do jornalista, que rapidamente se colocou a favor do Museu, é preciso entender que essa cultura de auto censura e do colaboracionismo dos jornalistas com o *status quo* era comum, como mencionado. O que mais ilustra a afirmação é o caso do dia que o censor Hélio Romão Damaso Segundo, chefe do Serviço de Informação do Gabinete (Sigab) - órgão que não fazia parte da estrutura federal e, entretanto, subordinado ao ministério da Justiça, realizada censuras prévias na imprensa, como aponta a autora – deixou o editorial d’O Pasquim em 3/1/1975 e não voltou mais. O censor saiu e, durante um telefonema em que os redatores foram buscar a explicação da sua saída, anunciou a seguinte frase: “agora a responsabilidade é de vocês.”<sup>126</sup>. Diante desse episódio, a autora se questiona e coloca uma questão interessante sobre a censura, que tem tudo a ver com esse episódio de 1976, da defesa do jornalista: será que os anos de censura prévia formaram jornalistas que se autocensuravam?

---

<sup>125</sup> Refere-se ao episódio já mencionado no capítulo 1, em que Fidel Castro acusa o governo brasileiro de colaborar na instituição de ditaduras como a uruguaia e é refutado por Wladimir Murtinho (o que sabemos hoje ser verdade). Cf. QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Mas quem fechou a boca de Fidel?*. Correio Braziliense, Brasília. 29 de setembro de 1973. Caderno desconhecido, p. 4.

<sup>126</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

A autora argumenta que sim. De acordo com ela, essa postura, assim como a que se pode observar no redator do jornal de Brasília, tem uma explicação lógica e fundamentada. Em suas palavras

Esse rompimento repentino da censura embutia a noção de que deixar de intervir era uma concessão, um presente, que deveria ser pago “com responsabilidade”. E sua aceitação era sinônimo de gratidão e cumprimento de um acordo “velado”, *ma non troppo*.

Em uma relação paternal e tutelar conservadora, esse “ser responsável”, para Dr. Romão, remetia à compreensão e apreensão de um saber: o que se poderia publicar. Assim, essa “liberdade concedida” vinculava-se a um teste: será que os anos de censura prévia formaram, nas redações, jornalistas adestrados e, assim, autocensurados?<sup>127</sup>

Para além dessa questão da censura, apesar de tanto o Correio como o JBr insistirem que Brasília já era uma cidade consolidada em termos de cultura, algumas matérias sugerem dúvidas e desafios dos governos em relação a essa questão em Brasília, algo sempre evidente, colocando em xeque sua dita consolidação. Um exemplo disso é uma matéria do início do ano que aponta as metas do governo para 1976. “Com novo ano,” afirma o jornalista, “a esperança de novas e velhas realizações, que não saíram do papel em 75, como o Cine Brasília que, de acordo com Wladimir Murtinho, deve ser finalizado este ano”<sup>128</sup>. Em fevereiro, também, redatores do jornal apontam para a importância de lugares como a Praça dos Três Poderes, Teatro Nacional e Catedral, por exemplo, na consolidação cultural de Brasília. A reportagem enfatiza que a Praça dos Três Poderes é como “centro magnético da cultura brasileira”<sup>129</sup>. Existe também certo pessimismo em relação à vida cultural em Brasília expresso em algumas matérias. Em uma matéria do dia 28 de março daquele ano, o jornalista Hermano Matos chama atenção para o problema do abandono do Espaço Cultural há dois anos. Desvio de verbas, concorrências malfeitas e outras irregularidades haviam paralisado a obra do Espaço Cultural. Na reportagem, ainda, o autor salienta que “o governador Elmo Farias já adiantou que não pretende terminá-lo, pois prioriza o Teatro Nacional”. Ainda sobre esse assunto, a reportagem “O “espaço abandonado” no centro de Brasília” adverte para as questões dos erros técnicos e outros problemas que paralisam a construção do Espaço

---

<sup>127</sup> KUSHNIR, op. Cit., p. 17.

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Wilson. *As metas do Governo para 76*. Jornal de Brasília, Brasília. 01 de janeiro de 1976. Caderno Cidade, p. 11.

<sup>129</sup> PINHEIRO, Luiz Adolfo. *Brasília e cultura*. Jornal de Brasília, Brasília. 22 de fevereiro de 1976. Caderno Reunião, p. 6.



Cultural, hoje considerado pelo autor como uma “carcaça antiga””. A matéria faz um resumo da história da tentativa de construção do Espaço<sup>130</sup>.

Outras matérias como “As obras inacabadas”<sup>131</sup> e “Desafios de Brasília: a concha acústica”<sup>132</sup> apontam para o problema da paralisação de obras como a Concha Acústica, o Teatro Nacional e o Cine Brasília. A reportagem que mais chama atenção em relação à essa preocupação com a vida cultural na capital é a intitulada “Brasília corresponde às suas necessidades culturais?”. De acordo com a matéria, baseada em pesquisa feita pelo JBr, 51% das pessoas respondem que se divertem em Brasília, contra 49% que dizem que não. Dos 49% que responderam “não”, 21% diziam que não se divertiam por falta de opções culturais, o que mostra “uma sensação de “vazio cultural” entre os brasilienses”<sup>133</sup>. A reportagem demonstra também os porquês por trás de cada resposta. Nos casos que responderam “sim”, responderam porque os cursos superiores são facilitados (4%), havia oportunidade criação (25%), intercâmbio com grandes centros (15%), várias opções culturais (40%) e mercado de trabalho mais amplo (26%). Já os que responderam que não, justificam seu voto afirmando que há falta de convívio humano (21%), falta de opções culturais (65%), falta de oportunidades (3%) e falta de uma consolidação maior da cidade (11%). É perceptível, portanto, que no caso de variações de opções culturais, mesmo que o “sim” tenha sido maioria, nesse quesito, o “não” venceu, de 40% contra 65%. Na reportagem, o autor ou a autora, o que a matéria não deixa claro, destaca essa questão. Em suas palavras

Não surpreende a exata coincidência de respostas SIM e NÃO da segunda pergunta com a primeira. Nele se repete (ou se constata) o “quadrado vicioso” da primeira pergunta.

Um exemplo é a maciça porcentagem (65%) das negativas da primeira pergunta, todas centralizadas na “falta de opções culturais” que, na primeira pergunta do questionário ficara esboçada tanto nas próprias respostas SIM com suas justificativas (“leituras”, “Cinemas”) como nas negativas (“opções culturais”, “espaços vazios”, “dispersibilidade das pessoas”).

Nota-se também como se completam as negativas justificadas por “falta de convívio humano” (21%) e “Falta de consolidação da cidade” (11%). Evidentemente ambos se inter-relacionam e se complementam!<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> MATOS, Hermano. *O "espaço abandonado" no centro de Brasília*. Jornal de Brasília, Brasília. 28 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 18.

<sup>131</sup> DESCONHECIDO. *As obras inacabadas*. Jornal de Brasília, Brasília. 09 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 3.

<sup>132</sup> JEAN, Yvonne. *Desafios de Brasília: a concha acústica*. Jornal de Brasília, Brasília. 11 de março de 1976. Caderno Cidade, p. 17.

<sup>133</sup> DESCONHECIDO. *Brasília corresponde às suas necessidades culturais?* Jornal de Brasília, Brasília. 14 de março de 1976. Caderno Suplemento, p. 3.

<sup>134</sup> Idem, *ibidem*.

Quanto a essa preocupação sobre o vazio cultural brasileiro, medidas foram tomadas pela gestão de Murtinho. Luiza de Cavalcanti Azeredo Ferreira, em sua dissertação de mestrado, argumenta que o governo Geisel, baseado em sua promessa de fazer uma abertura “lenta e gradual”, em uma tentativa de passar outra imagem à população, “implementou esforços em políticas públicas que instituíssem a ideia de ações positivas, ou menos negativas. Atuando, assim, no desenvolvimento de políticas públicas no âmbito cultural”<sup>135</sup>. Daniel Aarão, como bem elucidado por Luiza de Cavalcanti, também aponta para uma necessidade de se fazer uma releitura dos anos 70, já que, de acordo com ele “Foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais.”<sup>136</sup>.

Entretanto, acredito hoje que essa revisão e essa suposta abertura não permitem falar em uma suavização da ditadura e muito menos em “anos de ouro”, baseada na recente notícia publicada G1, a qual denuncia mortes e desaparecimentos durante o governo Geisel<sup>137</sup>. É bem verdade que houve um investimento pesado na imagem de um governo mais suave e aberto, rumo à democracia, com certo investimento no cultural, mas à medida que mais informações sobre o período surgem, é mais perceptível seu caráter ainda autoritário.

Feitas as ressalvas, é nesse contexto de tentativa de investimento em políticas culturais como propaganda do governo Geisel que é pensado por Wladimir Murtinho, Aloísio Magalhães e Severo Gomes, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Zoy Anastassakis, principal pesquisadora sobre a iniciativa do Centro, utilizada por Luiza Cavalcanti em sua dissertação, afirma que o marco inicial do projeto

teria sido formulado a partir de encontros onde se discutiam assuntos relativos ao Desenho Industrial. Numa dessas reuniões, o Ministro Severo Gomes questionou Aloísio Magalhães sobre a falta de identidade do produto brasileiro: “Por que o produto brasileiro não tinha força própria?”<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 2005.

<sup>136</sup> REIS, Daniel Aarão. “Ditadura militar, esquerdas e sociedade”. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. In: FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 2005.

<sup>137</sup> A reportagem faz referência à um documento da CIA que revelou que pelo menos 89 pessoas foram mortas ou desapareçam durante o governo Geisel, sobre a chefia de Figueredo no SNI, que seria o próximo e último ditador militar. Disponível em < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/05/de-geisel-ate-o-fim-da-ditadura-89-morreram-ou-sumiram-diz-comissao.html> > acesso em outubro de 2018.

<sup>138</sup> ANASTASSAKIS, Zoy. *Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural, ou como fazer pesquisa em design sem sabê-lo*. 4º Congresso Internacional de Pesquisa em Design, Rio de Janeiro, 2007b, p.2.

Em suma, o projeto teve, portanto, o objetivo de propiciar pesquisas sobre as referências culturais brasileiras e de que maneira essas pesquisas poderiam contribuir para a expansão do mercado artístico brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento cultural do Brasil. Essas pesquisas teriam grande influência do Design por causa de seu pensador principal, Aloísio Magalhães<sup>139</sup>.

Cada um dos responsáveis pelo projeto teria seu motivo pessoal para levá-lo adiante, argumento defendido por Cavalcanti. A reportagem que inaugura a iniciativa é publicada na Revista *Visão*, no dia 24 de setembro de 1975. Severo Gomes teria pretensões para além do cultural, mais voltado para o viés econômico do Centro de Referência Cultural. Isso se deve em boa parte pelo seu histórico profissional, já que foi Ministro da Agricultura no governo Castelo Branco, de 1966 a 1967. Foi também membro do conselho consultivo do Banco Mercantil de São Paulo, conselheiro da Associação Comercial do Estado de São Paulo, presidente da Associação Brasileira de Criadores e diretor da Sociedade Rural Brasileira antes do regime militar, mostrando sua atuação na área econômica. Severo Gomes tinha contato com os meios intelectuais e artísticos de São Paulo, quando os frequentava em sua época de estudante, sendo, inclusive, diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo em 73<sup>140</sup>. Ao assumir o Ministério de Indústria e Comércio em 1974, possuía a preocupação inicial de que houvesse uma iniciativa artística que valorizasse o desenho industrial, ainda que lhe faltasse um projeto. Ao descobrir que o secretário Wladimir Murtinho pretendia “formular uma infraestrutura cultural para o Distrito Federal e vinha trocando ideias com Aloísio Magalhães nos últimos 10 anos”<sup>141</sup>, logo se interessou pela discussão. Aloísio Magalhães, designer, daria voz aos propósitos reais do CNRC, que teriam forte relação com os estudos sobre Desenho Industrial. Segundo Cavalcanti “entre a questão do desenvolvimento do país e da busca de sua “memória nacional”, o design surgiria como o campo de interseção entre as diferentes preocupações advindas da área da cultura e da economia.”<sup>142</sup>. Já Murtinho viu na oportunidade de reunião para discutir e implementar o projeto, como dito anteriormente, a

---

<sup>139</sup> Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães foi um designer gráfico brasileiro e o principal responsável pelo Centro Nacional de Referência Cultural. É considerado o pioneiro da introdução do desenho industrial moderno no Brasil, uma vez que auxiliou na fundação a primeira escola superior de design do país, a Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro. Disponível em <<https://www.aloisiomagalhaes.org/>> acesso em novembro de 2018.

<sup>140</sup> DESCONHECIDO. Severo Gomes. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>> acesso em outubro de 2018.

<sup>141</sup> FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *Os intelectuais do Centro Nacional de Referência Cultural e a dinâmica do particular-universal (1975-1979)*. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas, julho/agosto 2014.

<sup>142</sup> Idem, *ibidem*.

melhoria na promoção de políticas culturais para o Distrito Federal. Nas palavras de Cavalcanti

Wladimir do Amaral Murtinho desde o princípio atentou para as características culturais do Centro, fosse por sua atuação como Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal (1975-1978), ou por seu interesse em desenvolver uma infraestrutura cultural para o local, como explica Severo Gomes na matéria [da Revista *Visão*]<sup>143</sup>.

Por conseguinte, é imprescindível perceber a importância do CNRC no debate sobre cultura no Distrito Federal, visto que ele é um projeto, pensado por Murtinho para o Distrito Federal, aliado à Aloísio Magalhães e Severo Gomes, com o objetivo de expandir as políticas culturais no Distrito Federal, já que a cultura era tida por muitos como inexistente, baseado na pesquisa feita no JBr.

O impacto deste projeto na tentativa de alavancar a atividade cultural na capital é positivo. Não obstante, Wladimir Murtinho, em entrevista ao Arquivo Público do Distrito Federal em 1990 atribui aos governos militares parte da culpa de não haver projetos culturais efetivos na capital ainda naquele ano. De acordo com ele

Os governos militares não facilitaram o desenvolvimento cultural da cidade. Sempre julgaram que era perigoso. E isto, de fato, veio retardar a importância da cidade. Ou seja, nós temos hoje uma densidade demográfica enorme, estamos chegando a cerca de 1 milhão [...] quase 2 milhões e, no entanto, não temos nenhuma importância cultural. Ora, 2 milhões é Belo Horizonte. Portanto, já teríamos capacidade de ter público. Pois cada vez que tentamos, cada vez perdemos. É... eu tive a possibilidade de completar o Teatro Nacional. Teatro Nacional esteve parado, desde o início até 75, cerca de 20 anos. Haviam simulado, só estava a casca por fora. Foi terminado em 75, 76, não, mais tarde, 78. É, pois bem, que quê houve? Quando eu pedia dinheiro, não conseguia dinheiro federal, e vocês vejam o seguinte, que o governo federal nunca deu dinheiro, para a parte fundamental da cidade, que é a parte cultural<sup>144</sup>.

O embaixador ainda alertou para um fato muito importante em relação à quebra no investimento cultural na cidade, dando o exemplo da Universidade de Brasília (UnB). Em seu depoimento, ele enfatiza como os governos militares, sistematicamente, tentaram impedir o desenvolvimento de políticas culturais consistentes, pois

Nada ocorreu em relação à cultura. Isto começou, quando em 68, quebra-se a Universidade. A Universidade era a coisa mais importante de Brasília, e até hoje não se recuperou. Ou seja, todas as pessoas que se formaram em Brasília, padeceram de em vez de termos a melhor universidade do país, temos uma universidade linda, importante, mas sem nenhuma força interior<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> FERREIRA, 2014, p. 5.

<sup>144</sup> MURTINHO, Wladimir do Amaral. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 18

<sup>145</sup> Idem, *ibidem*.

Portanto, mesmo frente às iniciativas do Secretário de Cultura nos anos 70, é difícil se pensar em uma política cultural efetiva, no sentido de consolidar culturalmente a cidade, visto que Murtinho ainda tinha esse desejo nos anos 90. O Centro Nacional de Referência Cultural teve um papel importante na história de Brasília porque, a partir dele, alguns projetos culturais de Murtinho puderam ser levados adiante, como foi o caso das exposições mencionadas aqui. Além disso, muitos pesquisadores procuraram o CNRC para desenvolver pesquisas referentes ao levantamento da história oral de Brasília<sup>146</sup>. Entretanto, só essa iniciativa não foi o suficiente para trazer políticas culturais mais relevantes para a capital que, como afirma Murtinho, ainda tinha os mesmos problemas em relação à cultura em 1990, cinco anos depois da redemocratização.

Em contrapartida, o Centro Nacional de Referência Cultural teve um impacto grande na recuperação da relevância da pesquisa no país e também funcionou como um projeto que retomou a importância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no país, após a fusão do Centro com o Instituto em 1979<sup>147</sup>. O CNRC funcionou como um projeto que pretendia ser interdisciplinar, uma vez que agregou pesquisadores de diversas áreas. A questão do problema da rápida industrialização do país foi um dos principais temas de pesquisas e um de seus principais legados. Como bem apontado por Cavalcanti

O diferencial do projeto proposto pelo CNRC não estava somente nos seus métodos flexíveis, ou na interação das pesquisas realizadas, encontrava-se em sua atitude “delicada” ao lidar com a modernidade e com o governo autoritário. Os erros apontados pela modernização conservadora eram apontados, sem que para tal, fosse necessário freá-la. O Centro demonstrava que a modernização era necessária ao progresso do país, e ela poderia muito bem acontecer de baixo para cima<sup>148</sup>.

Aloísio Magalhães, principal mentor do projeto do CNRC, também acreditava que o Centro era uma maneira de “driblar” as censuras da ditadura militar. Cavalcanti, em sua dissertação, recupera um importante relato oral de Clara Alvim, professora universitária que trabalhou com Magalhães, enfatizando essa questão. Nas palavras de Clara

É evidente que a alma do negócio era o Aloísio. Aí tem uma outra palavra chave de Aloísio que é fresta, quer dizer, a ditadura era um caixote fechado, ele dizia que era possível enxergar frestas e passar por elas. Ele era capaz de perceber onde elas estariam e abrir lugares por onde penetrar. Evidentemente que, quando as primeiras propostas se puseram na mesa, a esquerda mais radical se opôs, porque

---

<sup>146</sup> FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 2005.

<sup>147</sup> A Fusão do IPHAN com o CNRC, em 1979, possibilitou a ascensão do Instituto após anos deixado de lado, tanto por corte de verbas para a cultura, quanto pela perda de sua influência política depois da morte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1969, um importante advogado, jornalista e escritor que esteve na direção do Instituto durante muitos anos.

<sup>148</sup> FERREIRA, op. Cit., p. 88.

achavam que isso podia ser uma colaboração. Então era um momento muito delicado, muito complicado<sup>149</sup>.

Sobre as esquerdas, a entrevistada se refere à questão de que não se podia praticar uma resistência do regime partindo de dentro dele. Isso é logicamente verdade. Em contrapartida, Aloísio Magalhães, assim como Wladimir Murtinho, fazia parte dos profissionais que trabalhavam próximos aos governos militares e formaram uma espécie de colaboração e acomodação em relação à ditadura que possibilitaram uma abertura, uma fresta, em oposição às propostas conservadoras do regime. Portanto, foi Aloísio que participou desta iniciativa importante da tentativa burlar as limitações às políticas culturais impostas pelo governo, ainda que não possa ser enquadrado como resistente.

---

<sup>149</sup> ALVIM, Clara de Andrade. Depoimento à autora. Brasília, 09 de abril de 2014, p. 23. In: FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 2005, p. 86.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante deixar claro que em nenhum momento esta pesquisa teve o objetivo de relativizar ou “suavizar” a ditadura militar. O intuito foi entender as complexidades que envolviam diversas questões da época, com enfoque nas políticas culturais possibilitadas a partir do governo Geisel devido ao seu discurso de abertura política. É óbvio, a partir da exposição realizada aqui, que o ditador teve pouco a ver com essas iniciativas, uma vez que elas foram encabeçadas por figuras como o Secretário de Cultura do Distrito Federal, Wladimir Murtinho, que já deixou claro, em seu depoimento, sobre a dificuldade de efetivar suas iniciativas culturais. Compreender os embates entre os profissionais que trabalhavam em proximidade ao regime comprova as dificuldades de se viver e de avançar culturalmente vivendo na sombra de um Estado autoritário. Esses desafios e embates foram levados a frente, mesmo assim, por pioneiros como Murtinho e Aloísio Magalhães.

Tanto Wladimir Murtinho quanto Aloísio Magalhães foram pessoas que trabalharam para os governos militares. Por esse motivo, é necessário esclarecer que ambos não se enquadram como resistentes à ditadura. Suas atitudes, majoritariamente, os enquadrariam entre pessoas que aderiram ao regime ou se acomodaram. É preciso relativizar a fala de Murtinho, por exemplo, que em 1990 criticou o pouco investimento cultural da ditadura militar e, ainda assim, fez parte do governo. Esse distanciamento foi possível, levando em conta que a abordagem utilizada no trabalho muito se aproxima da abordagem da história cultural. Por meio dos relatos orais de Wladimir Murtinho e do eixo teórico escolhido como base para o trabalho, houve também expressiva utilização das metodologias da história oral e da história política, esta última ilustrada pela apropriação de conceitos como “cultura política”<sup>150</sup>.

Mesmo assim, Murtinho e Magalhães não foram a favor das políticas culturais nos moldes defendidos pelos militares e criaram alternativas positivas em detrimento de outras políticas institucionais e, por isso, seriam, ao meu ver, enquadrados em uma “zona cinzenta”. Ainda que tivessem aderido ao governo e tivessem sido parte dele, por conta de suas políticas culturais, não ficaram tão acomodados assim. Além disso, suas iniciativas comprovam a necessidade de se ter um espaço para se criar políticas culturais, algo praticamente impossível

---

<sup>150</sup> KUSHNIR, 2004, p. 5.

de ser desenvolvido com eficácia dentro de uma ditadura autoritária e conservadora, que tinha medo de iniciativas nesse sentido.

Brasília, por ter nascido em 1960 e ter se consolidado em 1967/68 com ajuda de Wladimir Murinho e outros personagens de sua história, infelizmente, muito tem a ver com o regime militar<sup>151</sup>. Por esse motivo, mesmo que o primeiro interesse tenha sido pesquisar a história de Brasília, problematizar essa história, no sentido de falar a respeito da ditadura enquanto governo que ajudou a consolidá-la, é muito importante. A vontade de se pesquisar mais a história da capital, juntamente com os estudos sobre ditadura militar possibilitaram que essa pesquisa concluísse algo que pouco se debate quando se fala na história de Brasília que, para mim, ainda é muito romantizada: a relação de sua história com a ditadura.

Por conseguinte, a dificuldade em estabelecer políticas culturais efetivas para a cidade que, por causa da ditadura militar, sofreu diversas restrições ainda em seus anos iniciais, reflete negativamente em sua história até hoje, se percebermos que as frases “Brasília não tem cultura” e “Brasília não tem nada para fazer” ainda são recorrentes no vocabulário do brasiliense. Esse problema já era visível em seus primeiros anos e persiste, mesmo com as iniciativas de personagens como o da figura principal do trabalho, Wladimir Murinho.

---

<sup>151</sup> Sobre a consolidação de Brasília nos anos de 1967 e 68, cf. MURTINHO, Waldimir do Amaral. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 43 p.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES:

MURTINHO, Waldimir do Amaral. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 43 p.

O acervo referente ao Jornal de Brasília encontra-se na sede do jornal em Brasília, no endereço IG, Trecho 1, Lote 765, no Sudoeste, em Brasília. Atualmente, o jornal não possui acervo online dos anos anteriores a sua digitalização, em 2002. De 2002 em diante, a edição do jornal está disponível para acesso em <<http://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/web/>> acesso em outubro de 2018.

Uma parte do acervo do Correio Braziliense está disponível digitalmente na Hemeroteca Digital, pelo link <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> acesso em outubro de 2018. O período analisado no jornal foi de 1970 até 1975, uma vez que os outros anos não estão disponíveis.

### DOCUMENTOS OFICIAIS:

Ato Institucional nº 1. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)> acesso em julho de 2018.

Ato Institucional nº 2. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)> acesso em julho de 2018.

Ato Institucional nº 3. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm)> acesso em julho de 2018.

Ato institucional nº 4. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-04-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm)> acesso em julho de 2018.

Decreto nº 50.278. Disponível em <<https://www.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/decretos/decreto-n-50278-de-17-de-fevereiro-de-1961>> acesso em setembro de 2018.

Decreto nº 58.198. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58198-15-abril-1966-399176-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em outubro de 2018.

Decreto de criação do GEICINE. Disponível em <<https://www.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/decretos/decreto-n-50278-de-17-de-fevereiro-de-1961>> acesso em setembro de 2018.

Lei 3917/61. Disponível em < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128683/lei-3917-61>> acesso em novembro de 2018.

#### **VERBETES:**

DESCONHECIDO. *Jornal de Brasília.* Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-de-brasilia>> acesso em abril de 2018.

DESCONHECIDO. *Elmo Serejo Farias.* Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elmo-serejo-farias>> acesso em setembro de 2018.

DESCONHECIDO. *Severo Gomes.* Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>> acesso em outubro de 2018

DESCONHECIDO. *OPERAÇÃO PAN-AMERICANA (OPA).* Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/operacao-pan-americana-opa>> acesso em setembro de 2018.

REIS, Antônio Carlos Konder. *Constituição de 67.* Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1967>> acesso em setembro de 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *As reformas de base.* Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)> acesso em maio de 2018.

FREIRE, Américo. *A Constituição de 1946.* Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>> acesso em setembro de 2018

## LIVROS E ARTIGOS:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.

ANASTASSAKIS, Zoy. *Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural / Zoy Anastassakis* - Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 2007a.

CRESPO, Flavia Ribeiro. *O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964*. Dissertação de mestrado – UERJ, 2006.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *E a cultura? O Centro Nacional de Referência Cultural e a identidade do Brasil (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 2005.

FERREIRA, Luiza de Cavalcanti Azeredo. *Os intelectuais do Centro Nacional de Referência Cultural e a dinâmica do particular-universal (1975-1979)*. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro, 2014.

FILHO, Pio Penna. *O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)*. Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 43-62, 2009.

FORTE, Graziela Naclério. *A arte de Tuni Murtinho*. Disponível em <[https://www.academia.edu/7564809/A\\_Arte\\_de\\_Tuni\\_Murtinho](https://www.academia.edu/7564809/A_Arte_de_Tuni_Murtinho)> acesso em setembro de 2018.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: Idem. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003, p. 67. Publicado em 1998, em *Cahiers de L'IHTP*, com o título "La Résistance et les Français, nouvelles approches", número especial, dez. 1997

MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência*. Revista Sociedade e Estado, vol. 26, nº 3, setembro/dezembro 2014.

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Viz Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. Cecília MacDowell Santos; Edson Luís de Almeida Teles; Janaína de Almeida Teles (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Hucitec, 2009

ROSSETTI, Pierrotti Eduardo. *Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)*. Arqtextos, 106.02, ano 09, mar. 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.106/65>> acesso em julho de 2017.

SILVA, Elias Manoel da. *Walter Mello – entre a oralidade e a escrita: apontamentos bibliográficos*. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/WALTER-MELLO-PDF.pdf>> acesso em novembro de 2018.

VIEIRA, Evaldo. *Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

“Eu, Amanda de Oliveira Passos declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado ““Brasília tem a chance: as políticas culturais em Brasília na gestão de Wladimir do Amaral Murinho (1975-1978)” foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico. ”

Brasília, \_\_\_\_ de dezembro de2018

---

Amanda de Oliveira Passos